

José Egídio Barbosa Oliveira

A auto-eficácia como capital de identidade na transição para a adultez

Dissertação de Mestrado

2008

José Egídio Barbosa Oliveira

**A auto-eficácia como capital de identidade na transição
para a adultez**

Dissertação de Mestrado

2008

RESUMO

A transição para a vida adulta, nas sociedades da modernidade tardia, tem-se vindo a constituir como uma fase da vida progressivamente mais prolongada, estendendo-se até ao final da terceira década de vida. No decurso desta fase de transição, caracterizada por altos níveis de precariedade e por um processo de individualização compulsiva, os adultos emergentes confrontam-se com a tarefa de desenvolver um capital de identidade que lhes permita resolver questões relacionadas com a sua identidade e fazer face aos desafios da vida adulta. De entre tais desafios destacam-se a assumpção de papéis e responsabilidades profissionais, parentais e conjugais.

O capital de identidade inclui um conjunto de recursos e de capacidades de acção, entre as quais o sentido de agência, avaliado a partir das crenças de auto-eficácia dos sujeitos. Este, pelo seu poder motivacional, constitui-se como um bom predictor de sucesso no processo de transição para a idade adulta. De forma a melhor compreender o processo de antecipação de papéis e responsabilidades adultas, o presente estudo visou dois objectivos: por um lado, analisar as variações de percepção de competência para os papéis de adulto de 346 jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, tendo em conta a sua idade, o género, o nível de escolaridade e o nível sócio-económico; por outro, comparar o poder respectivo das crenças de auto-eficácia e das variáveis sócio-estruturais para a predição da resolução da identidade adulta daqueles jovens.

Os resultados permitem observar a existência de uma relação dinâmica entre o sentido de agência dos adultos emergentes e as condições sócio-estruturais dos seus contextos de vida: por um lado, a antecipação de papéis e responsabilidades adultas (através das crenças de auto-eficácia e das expectativas de resultado) parece possuir o poder de influenciar a resolução da identidade adulta, independentemente das condições estruturais em que esta ocorre; por outro lado, o tipo e quantidade de capital de identidade acumulado, antecipador de papéis adultos e relevante para a aquisição do sentido de maturidade adulta, varia em função de factores estruturais como o género, a idade e as habilitações académicas.

Palavras-chave: adultez emergente, capital de identidade, auto-eficácia, transição para a adultez.

ABSTRACT

The transition to adulthood, in late modern societies, has been extended up to the end of the third decade of life. During this phase of their lives, characterised by high levels of insecurity and a process of compulsive individualization, emerging adults face the task of developing the identity capital needed to attain a viable adult identity and successfully confront the challenges of adult life. Among these challenges stands the adoption of adult roles and responsibilities both in the familial and professional spheres.

The identity capital encompasses a set of resources and agentic capacities, among which self-efficacy beliefs stand as one of the most valuable for their motivational power, making them good predictors of a successful transition process. In order to better understand the anticipation of adult roles, in emerging adulthood, a study was carried out with 346 emerging adults ranging from 18 to 30 years of age. The study served two main goals: (1) to observe and analyse variations in the perception of competence for the performance of adult roles, according to gender, age, level of education and socioeconomic status; (2) to assess the respective predictive power of emerging adults agentic capacities (measured by their levels of self-efficacy beliefs) as compared to structural factors such as age and socioeconomic level on the perception of adult identity resolution.

Results show a dynamic relationship between the agentic capacities and the socio-structural conditions inherent to emerging adults' life contexts: on the one hand, the anticipation of adult roles and responsibilities (as measured by self-efficacy beliefs and outcome expectancies) seem to have the power to influence the process of adult identity resolution, net of socio-structural conditions; on the other hand, the type and amount of accumulated identity capital, relevant for the acquisition of a sense of adult maturity, is influenced by structural factors such as gender, age and level of education.

Key words: emerging adults, identity capital, self-efficacy, transition to adulthood.

RÉSUMÉ

Dans les sociétés postmodernes, la transition vers l'âge adulte s'étend jusqu'à la fin de la troisième décennie de la vie. Pendant cette phase de transition, caractérisée par de hauts niveaux de précarité et un processus d'individualisation compulsive, les jeunes doivent acquérir un capital identitaire qui leur permettra de résoudre les questions d'identité adulte et faire face aux défis de la vie adulte. Parmi ces défis se trouve la formation d'une famille avec l'assomption tant de rôles conjugaux et parentaux, comme de responsabilités professionnelles.

Le capital identitaire inclut un ensemble de ressources et de capacités d'action, parmi lesquelles le sentiment d'agence, évalué à partir des croyances d'efficacité personnelle des sujets, constitue de par son pouvoir motivationnel, un élément de grande valeur qui en fait un bon prédicteur de succès dans ce processus de transition. Pour mieux comprendre le processus d'anticipation des rôles adultes, la recherche a observé les variations de perception de compétence face aux rôles adultes de 346 jeunes ayant de 18 à 30 ans, selon leur âge, sexe, niveau de scolarité et niveau socio-économique d'appartenance, d'une part, et a comparé les pouvoirs respectifs du sentiment d'auto-efficacité et de variables socio-structurelles pour prédire la perception de résolution de l'identité adulte de la part des jeunes, d'autre part.

Les résultats mettent en évidence la manifestation d'une relation dynamique entre le sentiment d'agence des jeunes et les conditions socio-structurelles de leurs contextes de vie. D'une part, l'anticipation des rôles et responsabilités adultes (à travers la perception d'auto-efficacité et les attentes de résultats) paraît pouvoir influencer la résolution de l'identité adulte, indépendamment des conditions structurelles du milieu et, d'autre part, le type et la quantité de capacité d'agence, importante pour l'acquisition de la maturité adulte, varient en fonction de ces facteurs structuraux, soit en fonction du genre, de l'âge et du niveau d'études.

Mots clés : adultes émergents, capital d'identité, croyances d'efficacité, la transition vers l'âge adulte.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e meus avós por todo o afecto e apoio com que me continuam a mimar.

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento vai, muito naturalmente, dirigido à Professora Anne Marie Fontaine, pela orientação diligente, pelo incentivo, o apoio e a paciência.

Aos colegas de trabalho Jorge Gato, Marina Mendonça, Marisa Matias, Cláudia Simão e Luísa Ribeiro pela amizade com que me acolheram.

À Professora Susana Coimbra pela amizade e apoio em todos os momentos.

Ao Adriano, amigo e companheiro de aventuras de estudo.

À Lucinda, por ter estado sempre presente.

Ao Joca, ao Farinha e a todos os outros amigos e companheiros de viagem.

Índice

	Página
Introdução	1
1. Enquadramento	1
2. Adulter emergente	4
3. Capital de identidade	8
4. Auto-eficácia como capital de identidade	10
4.1. Introdução: a teoria social cognitiva e o princípio da causalidade triádica	10
4.2. A visão da pessoa humana no contexto da teoria social cognitiva	11
4.3. Auto-eficácia: definição	12
4.4. Auto-eficácia e expectativas de resultado: definição diferencial	12
4.5. Processos mediadores activados pela auto-eficácia	13
4.6. Fontes da auto-eficácia	16
4.7. O papel da auto-eficácia como capital de identidade no processo de transição para a adultez, no contexto da modernidade tardia	17
I – Estudo empírico	19
1. O problema/ questão objecto de estudo	19
2. Objectivos	19
3. Formulação e fundamentação das hipóteses	20
3.1. Diferenças entre grupos	20
3.1.1. Diferenças em função do género	20
3.1.2. Diferenças em função da idade	22
3.1.3. Diferenças em função do nível académico	23
3.1.4. Diferenças em função do nível sócio-económico	25
3.2. Relação entre as variáveis analisadas	26
4. Método	27
4.1. Plano de observação e variáveis	27
4.2. Amostra: caracterização sócio-demográfica	27
4.3. Procedimento	28
4.4. Instrumentos de medida	29
4.4.1. Questionário sócio-demográfico	29

4.4.2. escala de auto-eficácia para a concretização de objectivos e realização de tarefas associadas à adultez	29
4.4.2.1. O instrumento	29
4.4.2.2. Poder discriminativo dos itens	30
4.4.2.3. Estrutura factorial e consistência interna	30
4.4.3. Escala de exploração de mundividências e papéis de adulto	31
4.4.3.1. O instrumento	31
4.4.3.2. Poder discriminativo dos itens	31
4.4.3.3. Estrutura factorial e consistência interna	31
4.4.4. Escalas de expectativas de resultado	31
4.4.4.1. Os instrumentos	31
4.4.4.2. Poder discriminativo dos itens	32
4.4.4.3. Estrutura factorial e consistência interna	32
4.4.5. Índice de resolução da identidade adulta	32
4.4.5.1. O instrumento	32
4.4.5.2. Poder discriminativo dos itens	33
4.4.5.3. Estrutura factorial e consistência interna	33
5. Resultados	34
5.1. Diferenças entre grupos	34
5.1.1. Diferenças em função do género	34
5.1.2. Diferenças em função da idade	34
5.1.3. Diferenças em função das habilitações académicas	35
5.1.4. Diferenças em função do nível sócio-económico	36
5.2. Predictores da resolução da identidade adulta	36
5.2.1. Amostra total	36
5.2.2. Em função do género	37
5.2.3. Em função das habilitações académicas	38
6. Discussão dos resultados	39
7. Conclusões gerais e limitações do estudo	48
Referências bibliográficas	50
Anexos	

I. Introdução

1. Enquadramento

A meados do século XX, Erikson (1950, 1980) situava a construção da identidade psicossocial no período da adolescência. Nesta fase da vida de cada indivíduo, a sociedade conceder-lhe-ia uma *moratória psicossocial* de forma a permitir a realização das actividades exploratórias necessárias à formação de um sentido de identidade socialmente viável. A consolidação da identidade ao longo de um período exploratório conduziria o indivíduo à adopção de papéis e responsabilidades típicas da vida adulta. Na altura em que Erikson propõe a sua teoria do desenvolvimento psicossocial, os papéis e responsabilidades adultas encontravam-se bem definidos pela cultura vigente. Existiam marcadores sociais que delimitavam, de forma bastante precisa, a linha de fronteira entre a adolescência e a adultez. De acordo com Arnett (2006), tais marcadores consistiam, essencialmente, na assumpção de responsabilidades a nível ocupacional (ingresso num emprego estável) e a nível familiar (assumpção de papéis e responsabilidades conjugais e parentais). Desta forma, os indivíduos, após o período de exploração atrás referido, acabavam por fazer os seus investimentos na área ocupacional e relacional. Assim, cumpriam com as expectativas sociais relativas ao percurso de transição para a adultez. Ser adulto significava, então, o cumprimento dos marcadores sociais vigentes de transição para a vida adulta.

Nas últimas décadas, contudo, têm-se verificado profundas modificações sociais que vieram influenciar, tanto o processo de construção da identidade como as formas de fazer a transição para a vida adulta. A este propósito, Côté (2000, 2006) refere a ocorrência de um processo de desestruturação cultural e de declínio de marcadores sociais. As instituições têm vindo a sofrer um significativo processo de transformação, o que tem conduzido à diminuição dos padrões normativos a partir dos quais a população extrai significado para a sua vida quotidiana. De acordo com este autor, um dos efeitos deste processo de desestruturação cultural é a desordem introduzida no padrão temporal do curso de vida dos indivíduos. Quem se encontra, actualmente, a fazer a sua transição para a adultez depara-se, por um lado, com menos restrições sociais e, por outro, com menos padrões culturais pelos quais nortear a sua vida. Desta forma, os indivíduos vêm-se forçados a tomar decisões de vida (conformadoras do seu sentido de identidade) na ausência de marcadores sociais bem definidos.

De facto, a modernidade tardia tem evidenciado um conjunto vasto de transformações estruturais que vieram influenciar os processos de construção da identidade e de transição para a vida adulta. Tais transformações têm-se verificado a vários níveis do funcionamento da

sociedade impondo reestruturações em todas as dimensões de vida dos indivíduos. Olhemos mais de perto as mudanças que a sociedade contemporânea tem vindo a atravessar.

Começamos pelo permanente desenvolvimento científico e tecnológico, o qual tem sido um dos pilares fundamentais das sociedades contemporâneas. Uma cultura baseada no conhecimento e na tecnologia conduziu ao desenvolvimento exponencial dos “sistemas periciais” (Giddens, 1973, *in* Guerreiro & Abrantes, 2007) e da proliferação das profissões técnicas. No sentido de adquirir os conhecimentos e competências necessárias ao exercício de tais profissões, uma percentagem crescente dos jovens tende a permanecer por períodos cada vez mais longos nos sistemas de ensino. Um facto que conduz ao adiamento do momento de ingresso no mundo do trabalho e, conseqüentemente, do momento de aquisição de independência e autonomia do sistema familiar.

Outra das dinâmicas importantes da modernidade tardia é constituída pelo processo de globalização. Um processo multidimensional com repercussões a nível económico, social e cultural (e.g., Beck, 2007). Ao nível económico, a globalização conduziu a uma crescente interligação dos mercados das várias regiões do mundo. As empresas, cada vez mais, têm acesso aos mercados globais, o que aumentou a sua capacidade de desenvolvimento e expansão. Desta forma, foram-se desenvolvendo inúmeros impérios empresariais com domínio crescente sobre os mercados. O fluxo dos capitais e a mobilidade dos recursos humanos foi conduzindo à criação de redes ou comunidades económicas transnacionais que abrem novas perspectivas de emprego às camadas jovens da população (especialmente das mais qualificadas) e desemprego de outras. Ao nível social e cultural, a globalização acarretou um processo de uniformização. A facilidade de comunicação levou a uma maior circulação de padrões e produtos culturais oriundos, sobretudo, das culturas com maior capacidade de difusão das suas produções a nível global. Tal facto conduziu a uma significativa reconfiguração social e cultural no contexto competitivo de um sistema global. A construção das identidades pessoais, assim como a transição para a vida adulta é feita, hoje, num quadro de referência global em tensão com modelos sociais e culturais locais.

Também o mundo do trabalho tem sido atravessado por grandes convulsões. A este nível, o modelo rígido constituído por grandes organizações empregadoras geradoras de condições de trabalho standardizadas e propiciadoras de um sentimento de segurança laboral foi substituído por uma multiplicidade de estruturas laborais mais versáteis e fortemente alicerçadas na formação profissional e na flexibilização dos vínculos contratuais. Fala-se da transição de uma economia industrial para outra baseada no conhecimento. A relativa segurança laboral é, agora, substituída por níveis crescentes de “flexibilização, desregulação e individualização das condições de trabalho” (Guerreiro & Abrantes, 2007, pp. 21-22). Um fenómeno que conduz a

situações constantes de precariedade e instabilidade laboral. Uma condição que afecta, particularmente, as camadas jovens da população. Os percursos laborais são, assim, caracterizados por contínuas quebras, mudanças, recuos (Pais, 2001). Machado Pais (2002), a este respeito, classifica os percursos de transição para a adultez como *labirínticos*: a instabilidade laboral traduz-se, geralmente, na alternância entre períodos de trabalho e períodos de desemprego (*trajectórias yo yo*), num percurso, muitas vezes, povoado por *McJobs* (Coupland, 1991), *ganchos, tachos e biscates* (Pais, 2001); como consequência de tal instabilidade laboral, o processo de autonomização e independência física dos pais (abandono da casa paterna) acaba por se traduzir em *trajectórias boomerang* (Pais, 2002) em que a um processo de saída da casa paterna muitas vezes sucede o seu retorno, aquando de uma impossibilidade financeira de suporte dos custos inerentes à manutenção de um local de residência próprio. Toda esta precariedade e incerteza, característica da vida dos jovens adultos emergentes em processo de transição para a vida adulta, tem profundas implicações no processo de construção das suas identidades pessoais. Este processo assume um carácter mais incerto e prolongado no tempo. As condições sócio-estruturais mencionadas (precariedade laboral, ausência de apoios estruturais ao processo de autonomização) (Furlong & Cartmel, 1997) levam a que estes jovens se vejam confrontados com prolongadas situações de dependência ou semi-dependência relativamente às suas famílias de origem. Estas funcionam como suporte social em alturas de impossibilidade de manutenção da independência financeira por parte dos jovens, os quais acabam por se sentir aprisionados numa antecâmara da adultez (*arrested adulthood*, Côté, 2000), impossibilitados (por ausência de condições económicas) de assumir o estatuto pleno de adultos.

As mudanças inerentes a este período de modernidade tardia também têm repercussões ao nível da esfera de vida privada. Com a desestruturação cultural e o declínio dos marcadores sociais (Bauman, 2001, 2007; Côté, 2000; Côté & Levine, 2002), os indivíduos ficam entregues a si próprios. Valoriza-se, cada vez mais, a identidade pessoal construída a partir de um processo de “autonomização face às estruturas sociais em que os indivíduos estão inseridos, como a família, a comunidade ou o contexto profissional” (Guerreiro & Abrantes, 2007, p. 31). Os projectos e trajectos de vida são, assim, em larga medida, o resultado de escolhas pessoais. As identidades e percursos biográficos acabam por ter um pendor extremamente individualista ao resultarem de inúmeras decisões pessoais (Bauman, 2001, 2007; Côté, 2002). Trata-se de um fenómeno com particular incidência no percurso de transição para a vida adulta. Os jovens parecem tender a percepcionar o processo de construção da sua identidade adulta como decorrente do exercício da sua liberdade individual. Também a vivência da intimidade é fortemente afectada por este pendor individualista. De acordo com Giddens (1992), a tendência

para a crescente igualdade entre casais conduziu ao surgimento de um ideal relacional por ele denominado de “relação pura”. Uma relação baseada não em parâmetros e constrangimentos sociais mas no seu próprio valor para os indivíduos que a constituem. Não estando balizadas por valores e parâmetros sociais, as relações de intimidade têm vindo a assumir uma grande diversidade de formas. Um fenómeno que tem conduzido à problematização do próprio conceito de família. Para além da família tradicional (constituída através do casamento, no seio do qual os filhos eram gerados), outras formas de família têm surgido: junção do casal, coabitação, gestação de filhos fora do casamento. Estas diferentes formas de vivência da intimidade parecem particularmente típicas dos jovens a efectuar o seu percurso para a vida adulta. Nesta fase da sua existência, eles acabam por adoptar vários modos de vida alternativos nos quais se enquadram a “vida a sós, em coabitação ou em comunidade” (Guerreiro & Abrantes, 2007, p. 33). Desta forma, observa-se a criação de um período (mais ou menos longo) que medeia entre a altura da saída da casa dos pais e o casamento ou assumpção da parentalidade. Um período preenchido pelos modos de vida alternativos acima referidos.

Como podemos ver, as mutações estruturais introduzidas pela modernidade tardia estão a ter profundas consequências tanto no processo de formação das identidades individuais como no percurso de transição para a adultez. Tanto um como outro ocorrem, actualmente, num contexto sócio-cultural marcado pelo desabamento de referências culturais estáveis, pela vivência de um clima de incerteza e instabilidade (ao nível laboral e relacional), pela introdução de um pendor fortemente individualista na construção dos percursos de vida (Bauman, 2001, 2007; Beck, 1992; Côté, 2002; Arnett, 2000, 2004, 2006; Pais, 2002; Guerreiro & Abrantes, 2007). Todos estes factores conduziram ao alargamento exponencial do período de transição para a vida adulta e para a erosão das fronteiras rígidas e bem delimitadas entre a adolescência e a adultez. Este alargamento do período de transição para a adultez levou a que certos autores (eg. Arnett, 2006) o passassem a considerar como um novo estágio de desenvolvimento com características distintivas quer da adolescência, quer da adultez. Um estágio baptizado por Arnett (2000, 2006) de “adultez emergente”.

2. A adultez emergente

De acordo com Arnett (2000), no decorrer dos últimos trinta anos, as mudanças sócio-culturais ocorridas nos países industrializados, que atrás caracterizamos, levaram ao surgimento de um novo “período de vida” enquadrado entre a adolescência e a adultez.

Há cerca de trinta anos atrás, a grande maioria dos jovens, nos inícios da sua terceira década de existência (entre os 20 e os 24 anos de idade), começava, desde logo, a assumir papéis marcadamente adultos como o ingresso numa profissão estável e a assumpção de compromissos

familiares (conjugalidade e parentalidade). O assumir de tais responsabilidades era um marcador inequívoco da sua transição para o mundo da adultez.

No decurso das três últimas décadas, tal cenário sofreu, nos países industrializados, uma acentuada mudança. O aumento exponencial de jovens a frequentar o ensino superior, a volatilidade e incerteza surgidas no mundo do trabalho com as consequentes dificuldades em encontrar um emprego estável e duradouro levaram a que a assumpção das responsabilidades laborais e familiares acima descritas tivessem sofrido um atraso de quase uma década. Tal facto conduziu a que as tarefas exploratórias, tanto ao nível vocacional como ao nível das relações amorosas e da construção de uma visão relativamente estável do mundo, se tivessem começado a estender para bem dentro da década dos vinte anos de vida. A tarefa de construção da identidade (Schwartz, 2001), entendida por Erikson (1950) como típica da adolescência, começa então a prolongar-se por um largo período de quase uma década mais.

Paralelamente aos marcadores objectivos de transição para a adultez atrás referidos, também a consideração subjectiva dos jovens quanto ao seu estatuto identitário se modificou. De facto, a maioria dos jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos, já não se percebe como adolescente mas também tem dificuldades em considerar-se adulto. Percepcionam-se como enquadrados numa fase de transição entre a adolescência e a adultez

É a este período que Arnett atribui o nome de adultez emergente por considerar que ele possui características distintivas próprias que o diferenciam qualitativamente quer da adolescência quer da adultez. Tais características seriam as seguintes: (a) trata-se de um período de explorações identitárias, especialmente nas áreas das relações amorosas e do trabalho; (b) é um período caracterizado pela instabilidade; (c) trata-se da altura da vida em que as pessoas se encontram mais focalizadas em si próprias; (d) trata-se de um período de vida em que os sujeitos sentem estar numa fase intermediária entre a adolescência e a adultez (não se vendo já como adolescentes mas, também, não se considerando ainda adultos); (e) por fim, trata-se de uma época de abertura de possibilidades caracterizada por elevados sentimentos de optimismo e pela existência de inúmeras oportunidades de transformação da vida pessoal (Arnett, 2000, 2006).

Tal consideração deste período de vida como qualitativamente distinto do que o precede assim como do que o segue não é, contudo, isenta de controvérsia. Côté (2005), por exemplo, numa linha de investigação mais próxima das considerações eriksonianas do desenvolvimento psicossocial, visualiza este período de vida como uma mera extensão quantitativa das actividades exploratórias típicas da construção da identidade do jovem que, inclusive, o próprio Erikson (1950) já havia tomado em consideração. Esta década dos vinte anos consubstanciar-se-ia assim numa extensão da moratória psicossocial que permitiria a resolução de tarefas identitárias que não teriam sido ainda concluídas dentro do período da adolescência.

Independentemente de podermos considerar a adultez emergente como um novo período desenvolvimental ou uma mera extensão da moratória psicossocial destinada a resolver tarefas identitárias, parece, contudo, evidente que estamos perante um período de vida que, no contexto das sociedades industrializadas, foi adquirindo um conjunto de peculiaridades que o elevaram ao estatuto de campo de investigação específico, distinto quer do da adolescência quer do da adultez jovem. Peculiaridades que são consideradas por Arnett (2000) a nível demográfico, subjectivo e identitário: (1) ao nível demográfico, o adiamento da assumpção de responsabilidades conjugais e parentais por um período de quase uma década, transforma esta etapa de vida num tempo de grande experimentação e exploração de variadas experiências de vida (tanto no âmbito relacional como vocacional), facto que contribuiu para a perda de normatividade dos percursos de vida neste período e para a consequente variabilidade, instabilidade e imprevisibilidade demográfica que se observa pelas contínuas mudanças do local de residência, de emprego, experiências de coabitação com parceiros românticos, mudanças de rumo dos percursos académicos e de formação profissional; ao nível subjectivo, os adultos emergentes percebem-se como adultos em certos aspectos, mas não noutros, como que ocupando um estágio intermédio entre a adolescência e a adultez jovem; ao nível da construção da identidade, este período de vida transformou-se num tempo privilegiado para a exploração e eventual resolução das tarefas identitárias relacionadas com as áreas do amor, do trabalho e da construção de uma determinada visão do mundo – áreas de exploração que, apesar de se haverem iniciado no período anterior, adquirem agora um carácter mais focalizado e sério, por contraposição à tonalidade lúdica que possuíam na adolescência. Aliás, parece ser este último aspecto aquele que mais relevância possui para a determinação do estatuto de adulto: de acordo com os resultados das investigações de Arnett (2004) nos Estados Unidos, os adultos emergentes consideram que os marcadores mais importantes da transição para a adultez consistem em aspectos subjectivos como a aceitação de responsabilidade pelos próprios actos, a tomada de decisões individuais acerca de crenças e valores, o estabelecimento de uma relação igualitária com os progenitores, assim como a aquisição da independência financeira. Factores como o casamento ou assumir de uma relação laboral estável não são tidos como os marcadores mais relevantes nesse processo de transição.

Tais resultados parecem ser corroborados por outra linha de investigação desenvolvida por Côté (2005), a partir da qual os aspectos ou marcadores subjectivos de transição para a adultez foram também realçados por esta população. De facto, e de acordo com Côté (2006), o período da modernidade tardia que actualmente vivemos caracteriza-se pelo seu elevado nível de anomia devido ao desaparecimento de marcadores sociais estáveis no processo de transição para a vida adulta. Nesta óptica, tanto as famílias como as instituições sociais, na sua generalidade, têm-se

mostrado incapazes de fornecer guias orientadoras susceptíveis de impor um sentido de estrutura e organização ao referido processo de transição. Tal facto, se, por um lado, tende a abrir o leque de caminhos e formas possíveis de transição para a adultez, por outro, pode tornar o processo de transição mais difícil e problemático ao requerer que os indivíduos sejam capazes de compensar, através de estratégias e recursos pessoais, a falta de apoio por parte de contextos institucionais fragmentados e anómicos. É neste contexto que se torna de vital importância que os sujeitos possuam um repertório de recursos pessoais que lhes permitam uma integração bem sucedida na sociedade adulta – recursos que Côté (2000, 2002, 2006) denomina de *capital de identidade*. Numa sociedade fragmentada e anómica, caracterizada por valores individualistas e onde é deixada a cada um a liberdade e responsabilidade de, a partir de recursos próprios, construir a sua trajectória de integração no mundo adulto, os critérios de demarcação do estágio da adultez acabam por recair, necessariamente, sobre factores subjectivos como os apontados por Arnett (2006): a tomada de decisões independentes; a aceitação da responsabilidade dos seus próprios actos; o alcance da independência financeira.

A caracterização até agora feita do processo de transição para a adultez, típico das sociedades desenvolvidas contemporâneas, não deve, contudo, conduzir-nos, de forma precipitada, a uma avaliação do mesmo como exclusivamente algo positivo ou negativo. De facto, as condições de transição para a adultez que os adultos emergentes enfrentam apresentam tanto aspectos positivos como negativos. Podem ser aproveitadas positivamente para o desenvolvimento de identidades bem integradas (ao nível do *ego*, ao nível pessoal e a nível social) ou ter consequências negativas como quando os indivíduos acabam por aderir a identidades múltiplas, supletivas, profusamente disponibilizadas pela cultura juvenil através de um processo de imitação das modas e correntes do momento, abdicando do esforço necessário à construção de uma identidade integrada. De facto, e olhando a situação pelo seu aspecto positivo, a possibilidade de uma moratória alargada (até aos 30 anos de idade e às vezes mais) no processo de construção da identidade, numa sociedade pouco estruturada, pode estimular o desenvolvimento do indivíduo a vários níveis: cognitivo, emocional e do ego. Para tal, torna-se necessário que o indivíduo vá tomando as decisões propícias ao seu desenvolvimento, no contexto das oportunidades que o seu ambiente vai fornecendo. De facto, e de acordo com Côté (2002), os esforços individuais investidos adequadamente nas oportunidades de crescimento disponíveis tendem a lançar os sujeitos no caminho de percursos de vidas bem sucedidos e pessoalmente satisfatórios. No decorrer de tais trajectórias, os indivíduos vão desenvolvendo um *capital de identidade* (recursos indispensáveis ao enfrentamento e superação de dificuldades e desafios que o ambiente e as situações de vida vão colocando pela frente) que lhes permite negociar de forma satisfatória os obstáculos e oportunidades com que se vão deparando. A esta

forma de construção da identidade, Côté (2006) atribui a designação de *individualização desenvolvimental* (*developmental individualization*), dado envolver um percurso de vida caracterizado por um crescimento contínuo e deliberado. Pelo contrário, quando o sujeito meramente adere de forma pouco crítica às opções que a cultura popular juvenil coloca à sua disposição, abdicando do seu poder de agir de forma activa sobre o delineamento do seu futuro, cai num processo de *individualização supletiva* (*default individualization*, Côté, 2006).

Como vemos, as características das sociedades actuais, ao não apresentarem um elevado grau de estruturação, abrem um conjunto vasto de oportunidades de exercício da liberdade individual. Contudo, verifica-se que o uso construtivo desta liberdade exige, por parte dos indivíduos, a utilização de um conjunto vasto de recursos que lhes permite exercer um certo poder de auto-determinação no sentido da construção de itinerários de vida que sejam pessoalmente satisfatórios, significativos e que potenciem o desenvolvimento de um sentido de identidade bem estruturado e integrado. Com Fromm (1983) poderíamos dizer que a existência de uma *liberdade de* (inexistência de constrangimentos externos) implica que a pessoa saiba utilizar a sua *liberdade para*, ou seja, que tenha os recursos necessários para construir identidades e projectos de vida nos quais se sinta realizado. Muitas vezes arcar com o ónus do exercício de uma *liberdade para* não se afigura fácil, daí observarmos a *fuga à liberdade* por partes de muitos, através, precisamente, da adopção de *identidades supletivas*, das quais obtêm, contudo a ilusão de serem livres, dado que nada os prende, nem mesmo os seus próprios compromissos.

3. Capital de identidade

Neste contexto da modernidade tardia, em que o processo de transição para a adultez assume um pendor fortemente individualista e é feito, geralmente, na ausência de um suporte institucional eficaz, é de extrema importância que os jovens possuam os recursos necessários para enfrentar e superar os desafios e obstáculos com que se confrontem. Côté (1996, 2000, 2002), a este propósito, apresentou o conceito de capital de identidade. Trata-se de um constructo que se refere aos recursos que o indivíduo está apto a utilizar nos processos de negociação para o acesso a bens sociais por ele almejados. De acordo com o autor, o capital de identidade pode ser tangível ou intangível. O primeiro refere-se a aspectos extrínsecos ao indivíduo como a sua capacidade financeira, a sua pertença a determinados grupos sociais, o nível sócio-económico (NSE) a que pertence, as credenciais obtidas a nível educacional; o segundo remete para atributos da personalidade ou competências adquiridas que incrementam a capacidade individual de negociação e intercâmbio proveitoso com outros sujeitos, grupos e instituições sociais. Numa sociedade onde a transição para a adultez se efectua num contexto

marcado por elevados níveis de incerteza, imprevisibilidade e precariedade, o desenvolvimento de capital tangível e intangível revela-se de extrema importância. É ele que vai determinar a capacidade de agência do indivíduo – a sua habilidade para exercer um certo nível de controlo sobre o seu trajecto de vida. Como exemplos de capital intangível, Côté (2000, 2002) refere as *forças do ego* que englobam capacidades reflexivas e de agência tais como a auto-estima, um *locus* de controlo interno, um sentido de propósito na vida, as capacidades de auto-actualização e de pensamento crítico, a auto-eficácia.

O capital de identidade tangível permitirá aos indivíduos aceder a e beneficiar de redes estruturais existentes no seu contexto sócio-cultural. Por seu lado, o capital de identidade intangível dotará o indivíduo duma capacidade de interacção com o seu contexto de vida que lhe permita extrair benefícios de tudo o que tal ambiente possa oferecer. Torna-se claro, contudo que ambos se reforçam mutuamente: quanto mais se desenvolve um, mais facilmente se adquire e desenvolve o outro. No âmbito do desenvolvimento de um projecto de vida, no cenário dos processos de individualização compulsiva típicos da modernidade tardia, o desenvolvimento e acumulação de capital de identidade irá determinar o ponto em que cada sujeito se encontra no *continuum* que vai desde o pólo da *individualização por defeito* até ao pólo da *individualização desenvolvimental* (Côté, 2002). Além disso, no âmbito da relação dinâmica que se estabelece entre o indivíduo e o seu contexto, um menor capital de identidade será, ao mesmo tempo, causa e efeito de uma atitude de aceitação passiva das identidades *pré-fabricadas* que a sociedade de consumo coloca à disposição dos seus membros – algo que pode resultar na procrastinação da assumpção dos papéis e responsabilidades associados à identidade adulta. Estamos aqui no pólo da *individualização por defeito*, cuja dinâmica não favorece o desenvolvimento do capital identitário. Por seu lado, um maior capital de identidade pode ser, também, causa e efeito de uma atitude pró-activa de uso de estratégias de crescimento pessoal tendente ao desenvolvimento de projectos de vida viáveis e pessoalmente significativos numa comunidade de adultos. Estaríamos aqui na presença do pólo da *individualização desenvolvimental*, associada ao aumento progressivo deste capital identitário.

A teoria do capital de identidade postula, então, que os indivíduos podem compensar os défices estruturais ou institucionais das sociedades actuais através de investimentos identitários no decurso do seu processo de individualização compulsiva. Trata-se de um modelo que permite observar e analisar variações individuais no processo de resolução da identidade e de transição para a vida adulta, em termos dos recursos que as pessoas vão desenvolvendo e dispondo no decurso da negociação das oportunidades e riscos com que se vão confrontando.

Um dos componentes do capital de identidade (intangível) que nos parece particularmente relevante neste processo de negociação das condições de transição para a vida adulta é

constituído pelas crenças de auto-eficácia (Bandura, 1977) relativamente ao desempenho de papéis adultos. Tais crenças poderão determinar o nível de motivação e a capacidade de persistência dos indivíduos para o confronto com os desafios e obstáculos com que se possam deparar no difícil e incerto caminho (Guerreiro & Abrantes, 2007) de ascensão à condição de adulto.

4. Auto-eficácia como capital de identidade

4.1. Introdução: a teoria social-cognitiva e o princípio da causalidade triádica

No âmbito da teoria social-cognitiva, ao ser humano é atribuída a capacidade de exercício de controlo sobre a natureza e qualidade da sua vida (Bandura, 1989, 1995). Em vez de um ser meramente reactivo às forças do meio ambiente ou dirigido por impulsos inconscientes, cada indivíduo é tido como auto-organizador, pró-activo, auto-reflexivo e auto-regulador do seu comportamento e funcionamento psicológico global (Bandura, 1989; Schunk & Pajares, 2005). Desta forma, o ser humano é assumido como dotado de vontade e liberdade, postulando a teoria sócio-cognitiva os seguintes pressupostos específicos (Bandura, 1989) sobre o seu funcionamento:

1. As pessoas são dotadas de capacidades simbólicas que lhes permitem construir modelos internos a partir da sua experiência, desenvolver cursos de acção inovadores, testar os mesmos através da previsão dos resultados, comunicar ideias complexas e experiências a outros;
2. O comportamento humano é, maioritariamente, intencional, dotado de propósito – dirigido à obtenção de determinados objectivos – e guiado por pensamentos antecipatórios e predictivos sustentados na capacidade de simbolização;
3. Os seres humanos são dotados de capacidade de auto-reflexão que os habilita a analisar e avaliar os seus próprios pensamentos e acções, o que lhes permite exercer controlo sobre os mesmos;
4. Os indivíduos são dotados de capacidade de auto-regulação, podendo, assim, exercer controlo sobre o seu comportamento e sobre as condições ambientais em que o exercem, podendo, inclusive, alterá-las (sendo, posteriormente, também afectados por tais alterações);
5. Os indivíduos aprendem também vicariamente, através da observação do comportamento de outras pessoas, o que reduz a sua dependência de uma aprendizagem por tentativa e erro e impulsiona a aprendizagem de competências complexas;
6. As capacidades de simbolização, auto-reflexão, auto-regulação e aprendizagem vicariante são sustentadas por estruturas neurológicas complexas que, na sua interacção com a experiência, dotam o comportamento humano de uma enorme plasticidade;

7. O ser humano funciona de acordo com o princípio da *reciprocidade triádica*, o qual postula que os factores inerentes ao indivíduo (cognição, emoção, aspectos biológicos), ao seu comportamento, assim como às condições ambientais interagem reciprocamente. Desta forma, o indivíduo não só reage cognitiva, emocional e comportamentalmente aos acontecimentos externos, como possui a aptidão de, através das suas capacidades cognitivas, exercer controlo sobre o seu comportamento de forma a mudar o ambiente externo, o que por sua vez, vai ter repercussões em si próprio a nível cognitivo, afectivo e mesmo biológico.

Este último pressuposto apresenta-se como um dos princípios básicos da teoria social-cognitiva, sendo também denominado *determinismo recíproco triádico* (Bandura, 1989). Trata-se de um modelo de causalidade onde o comportamento do indivíduo, as suas cognições e outros estados internos, e as forças ambientais interagem de modo bidireccional, influenciando-se reciprocamente. Tal modelo de causalidade recíproca não assume, contudo, que os três elementos mencionados possuam em todas as situações igual força, nem que as influências recíprocas ocorram sempre de forma simultânea. De qualquer forma, devido às interacções e influências recíprocas entre as três instâncias, as pessoas são simultaneamente produtoras e produtos dos meios ambientes onde estão inseridas. É neste quadro de determinismo recíproco que se torna importante o conjunto de capacidades acima mencionadas (as capacidades simbólicas, de auto-reflexão, auto-regulação e de aprendizagem vicariante) que permitem ao indivíduo exercer um certo grau de controlo sobre o seu ambiente.

4.2. A visão da pessoa humana no contexto da teoria social-cognitiva

Tendo em conta os pressupostos atrás expostos, no âmbito da teoria social cognitiva o indivíduo é visto como um ser livre, com capacidade de auto-determinação. Uma auto-determinação que, de acordo com Bandura (eg. 1989), não é incompatível com a noção de determinismo: a liberdade não é concebida de forma negativa, como a ausência de coerções e condicionalismos externos, mas sim de forma positiva como a possibilidade de influência do indivíduo sobre tais condicionalismos. Assim, e em face das mesmas condições ambientais, as pessoas que desenvolveram capacidades para atingir certos objectivos através da auto-regulação da sua motivação e comportamento ou que são capazes de negociar objectivos alternativos tendem a ser mais bem sucedidas nos seus empreendimentos comparativamente com aquelas que são mais rígidas ou possuem meios mais limitados de actuação sobre os seus ambientes externos (Bandura, 1989). O *self* será, assim, “em parte, moldado através do exercício contínuo da auto-influência” (Bandura, 1989, p. 1182) sobre as próprias condições de vida.

4.3. Auto-eficácia: definição

De acordo com a teoria da auto-eficácia (Bandura, 1977, 1989) a forma como as pessoas percebem e interpretam os acontecimentos, nomeadamente os resultados das suas acções, produz efeitos nas suas crenças pessoais, as quais, por sua vez, terão um papel determinante nos seus comportamentos subsequentes. Os indivíduos são, assim, detentores de um sistema pessoal que os habilita a exercer um determinado nível de controlo sobre os seus pensamentos, sentimentos e acções, o que, ultimamente, lhes abrirá espaço para a modificação dos seus próprios contextos de vida. As crenças pessoais assumem-se então como um poderoso factor motivacional. De entre tais crenças usadas como mecanismo de controlo sobre o contexto vivencial, têm, para Bandura (eg. 1989), especial relevância as crenças de auto-eficácia, ou seja, as crenças da pessoa nas suas capacidades de exercer controlo sobre os acontecimentos que afectam as suas vidas. Tais crenças operam na acção do indivíduo através de processos motivacionais, cognitivos, afectivos e de selecção – os denominados processos mediadores activados pela auto-eficácia que, adiante, analisaremos. Por ora, e de forma a melhor precisar o conceito de auto-eficácia, procederemos à sua distinção relativamente a outro constructo importante no âmbito da teoria social-cognitiva: o constructo de *expectativas de resultado*.

4.4. Auto-eficácia e expectativas de resultado: definição diferencial

Como acima foi dito, no âmbito da teoria social cognitiva, a pessoa humana é vista como detentora de um certo poder de controlo sobre a sua realidade. Tal poder de controlo depende, essencialmente, de dois factores: as *percepções de eficácia pessoal* e as *expectativas de resultado*. Ambos os conceitos se reportam a crenças ou representações albergadas pelo indivíduo. Contudo o objecto de tais crenças é distinto consoante se trate da *percepção da eficácia pessoal* ou das *expectativas de resultado* do indivíduo. Assim, no caso da auto-eficácia, as crenças individuais incidem sobre as capacidades pessoais para a exibição de determinados comportamentos tendentes ao alcance de certos resultados ou objectivos almejados (Bandura, 1995). Por seu lado, as expectativas de resultado dizem respeito à representação de determinadas acções ou factores como conducentes à obtenção de um determinado resultado. Como vemos, a diferença reside no facto de as crenças de auto-eficácia se centrarem nas capacidades do indivíduo em executar estas acções, enquanto que as expectativas de resultado podem estar alicerçadas noutros factores (trata-se, aqui, da representação das relações de causalidade entre acontecimentos).

Precisando ainda um pouco mais o conceito de auto-eficácia, diga-se que este se dirige às capacidades do sujeito (*capabilities*) e não às suas habilidades (*habilities*). Estas últimas referem-se às competências que o indivíduo já detém; as primeiras referem-se às competências

que o indivíduo pensa poder adquirir para a realização de determinada tarefa ou o alcance de determinado objectivo. A diferença pode ser melhor ilustrada por recurso à teoria do desenvolvimento sócio-cultural de Vygotsky (1997). No âmbito da sua perspectiva psicológica, Vygotsky procedeu à distinção entre habilidade e capacidade: a primeira referindo-se ao actual nível de desenvolvimento do sujeito; a segunda referindo-se ao seu *potencial* nível de desenvolvimento – a *zona de desenvolvimento proximal* –, ou seja, aquilo que o sujeito poderá fazer com a assistência de outros mais capazes. Da mesma forma, para Bandura (eg. 1995) a crença de auto-eficácia não se refere às habilidades ou competências já na posse do indivíduo mas sim às suas “capacidades para organizar e executar cursos de acção requeridos para o manejo de situações prospectivas” (Bandura, 1995, p. 2). De notar, contudo, que no caso da teoria da auto-eficácia as capacidades podem ser desenvolvidas, também, sem ajuda de outros, graças a persistência, ao esforço, a experimentação.

4.5. *Processos mediadores activados pela auto-eficácia*

Como acima se referiu, a auto-eficácia é mediada por um conjunto de processos que agora passamos a analisar.

Começando pelos *processos motivacionais*, Bandura (1989) afirma que o nível de motivação do indivíduo é determinado pelas suas crenças de auto-eficácia. Algo que se vai reflectir na quantidade de esforço que o sujeito vai despende na concretização de um determinado objectivo ou no tempo em que vai perseverar em face de obstáculos encontrados. Quanto mais firmes forem as crenças do indivíduo nas suas capacidades pessoais, maior será o seu esforço e perseverança para a superação de obstáculos e dificuldades que lhe surjam pela frente. Pelo contrário, se o sujeito se vê imerso em dúvidas relativamente às suas próprias capacidades, ele tenderá a despende menos esforço e a desistir mais facilmente dos objectivos e tarefas propostas. Dado que a realidade quotidiana das pessoas se encontra repleta de dificuldades, obstáculos e adversidades, é de extrema importância que elas se encontrem dotadas de um forte sentido de auto-eficácia que lhes permita exercer o esforço e a perseverança necessária ao sucesso dos seus empreendimentos. Em palavras de Bandura (1989) é também imprescindível um determinado grau de “resiliência” das crenças pessoais de auto-eficácia (*Op. cit.*, p. 1176).

Quanto aos *processos cognitivos*, Bandura faz notar que as crenças de auto-eficácia afectam os padrões de pensamento das pessoas, os quais podem ser de modo a auxiliá-las ou debilitá-las na prossecução dos seus objectivos. De acordo com Bandura, grande parte do comportamento humano é regulado por pensamentos prévios que envolvem o estabelecimento de objectivos e a antecipação do percurso a seguir para os alcançar. Ora, o estabelecimento de

tais objectivos é influenciado pelas considerações pessoais que o indivíduo alberga relativamente às suas capacidades. Desta forma, quanto maior for o seu sentido de auto-eficácia mais ele se sentirá confiante para o estabelecimento de metas elevadas e maior será o seu investimento na definição dos percursos para as alcançar.

Com efeito, uma das principais potencialidades da capacidade de pensar é a possibilidade do indivíduo prever acontecimentos e cenários futuros, facto que lhe vai permitir a criação de meios e formas de exercer controlo sobre acontecimentos que afectam a sua vida quotidiana. Dado que os pensamentos ou julgamentos inferenciais relativamente a ocorrências futuras se baseiam em informações relativamente à realidade e que são, frequentemente, caracterizados por certos níveis de ambiguidade e incerteza, o processamento da informação deverá assumir um carácter multidimensional de modo a gerar hipóteses tanto mais compreensíveis e realistas quanto possível. Tais hipóteses serão subsequentemente submetidas ao teste da realidade, acabando por ser ou não corroboradas por esta. De acordo com Bandura (1989), a posse de um elevado sentido de eficácia pessoal, em face de falhas de julgamento, ajuda o indivíduo a permanecer focalizado no seu empreendimento, retendo as aprendizagens que lhe foram proporcionadas pelo confronto com a realidade. Nestas situações, as pessoas que possuem um elevado grau de confiança nas suas capacidades de resolução de problemas tendem a manter-se altamente eficientes no exercício do seu pensamento analítico em face de situações complexas perante as quais têm que tomar decisões. Por seu turno, os indivíduos imersos em dúvidas quanto às suas capacidades tendem a manifestar-se erráticos no exercício deste pensamento. A qualidade do pensamento analítico irá assim influenciar a qualidade da acção dos indivíduos tendente à concretização dos seus objectivos.

No que concerne aos *processos afectivos*, de acordo com Bandura (1989, 1995), estes são afectados pelas crenças que os indivíduos albergam relativamente às suas capacidades pessoais. A quantidade de *stress* sentida perante situações ameaçadoras ou desafiantes, assim como os estados depressivos que sobrevêm à vivência de situações problemáticas dependem também do sentimento de auto-eficácia que os indivíduos possuem para enfrentar e, em última instância, ultrapassar satisfatoriamente tais situações. Por seu turno, os estados afectivos exercem, também eles, uma influência directa sobre o comportamento. Esta influência pode ocorrer também de forma indirecta, através do papel mediador dos pensamentos e crenças do sujeito: os estados afectivos terão, assim influência na forma de pensar do indivíduo, a qual irá seguidamente influenciar as suas acções.

Bandura (1989) concebe, assim, as ameaças do ambiente percebidas pelo sujeito não como uma característica das situações sentidas como ameaçadoras mas como uma propriedade relacional nascida do encontro entre estas e as capacidades de *coping* que o indivíduo sente

possuir para as enfrentar. Assim, as pessoas que crêem ter a capacidade para exercer controlo sobre situações potencialmente ameaçadoras tendem a não produzir pensamentos de apreensão perante as mesmas. Desta forma não se sentirão afectivamente perturbadas ao confrontá-las. Pelo contrário, quando as pessoas sentem não possuir as capacidades para enfrentar situações potencialmente ameaçadoras, acabam por experienciar sentimentos de *stress* e ansiedade. A ruminação relativamente à sentida falta de recursos pessoais para ultrapassar tais situações produz uma sensação de constrangimento que, ultimamente, vai limitar a sua capacidade de resposta. Vemos, então, que a capacidade de *coping* percebida pelo sujeito é um factor cognitivo mediador entre situações potencialmente ameaçadoras e o estado de ansiedade vivenciado.

Outro factor cognitivo mediador dos estados de ansiedade consiste na crença de auto-eficácia para controlar o aparecimento de pensamentos intrusivos e perturbadores que possam surgir em tais situações. A auto-eficácia para o exercício de controlo sobre certos processos cognitivos (pensamentos) torna-se outro factor crucial na regulação de estados afectivos gerados a partir daqueles.

Por último, também os *processos selectivos* activados pelos sujeitos exercem uma enorme influência sobre o curso das suas vidas. As pessoas têm a capacidade de activamente irem seleccionando e construindo os ambientes em que vivem. As crenças de auto-eficácia permitem a selecção de situações e ambientes sobre os quais os sujeitos podem exercer um certo grau de controlo, assim como evitar aquelas situações para as quais sentem não possuir as necessárias capacidades de *coping*. Ao seleccionar os ambientes e situações desafiadoras para as quais crêem possuir os recursos e capacidades adequadas, os indivíduos criam as condições necessárias ao desenvolvimento contínuo das suas próprias competências, valores e interesses – algo que irá potenciar o seu desenvolvimento em termos globais. Assim, estes indivíduos, ao desenvolverem paulatinamente as suas competências e recursos pessoais tenderão a incrementar as suas crenças de auto-eficácia e, conseqüentemente, a proporem-se objectivos e empreendimentos cada vez mais elevados e exigentes para os quais se sentem progressivamente mais bem preparados. Ao contrário, os sujeitos que através dos seus processos de selecção tendem a afastar-se de situações desafiantes e potencialmente impulsionadoras do desenvolvimento das suas competências e interesses, acabam por não desenvolver as suas crenças de auto-eficácia e, desta forma, por minar o seu processo de mudança e crescimento psicológico.

4.6. Fontes da auto-eficácia

De acordo com os pressupostos da teoria da reciprocidade triádica, as crenças de auto-eficácia têm na sua fonte um conjunto de quatro factores: (a) experiências directas de realização; (b) experiências vicariantes; (c) persuasão verbal; (d) reacções fisiológicas e estados emocionais.

De acordo com Bandura (eg. 1977), as experiências directas de realização são um factor de grande influência sobre as crenças de auto-eficácia. As experiências de sucesso elevam as expectativas de mestria para a realização de tarefas futuras análogas. Inversamente, falhanços sucessivos tendem a baixar as crenças de auto-eficácia. Contudo, para que as experiências de sucesso fortaleçam o sentimento de auto-eficácia, elas têm que cumprir com um par de atributos: terem sido alcançadas em situações semelhantes àquela com que, actualmente, o sujeito se confronta; possuírem um nível de dificuldade suficiente para exigir do sujeito uma mobilização dos seus recursos para além daquilo que seria necessário na realização de tarefas por si consideradas fáceis. De facto, as experiências de sucesso neste último tipo de tarefas não são de molde a criar um sentimento de auto-eficácia capaz de transmitir ao sujeito a resiliência necessária à ultrapassagem de obstáculos e dificuldades impostas por situações desafiantes actuais. Só a partir de experiências de sucesso em situações desafiantes poderão ser desenvolvidas as capacidades de auto-reflexão e auto-regulação da pessoa, das quais depende a eficácia do seu comportamento (Fontaine, 2005). A principal fonte de auto-eficácia consiste, então, nas experiências directas e concretas de sucesso na realização de tarefas mobilizadoras dos recursos pessoais.

Uma segunda fonte de auto-eficácia consiste em experiências indirectas ou vicariantes de sucesso. A observação do sucesso de outros na realização de determinadas tarefas pode transmitir ao sujeito a crença na sua capacidade para imitar as estratégias por eles utilizadas e assim obter o mesmo nível de eficácia em semelhantes situações. Contudo, também aqui, um conjunto de condições tem que ser preenchido para que a observação do comportamento alheio possa desenvolver o sentido de auto-eficácia pessoal: em primeiro lugar, aqueles que o sujeito observa devem ser modelos sociais relativamente próximos do sujeito em termos de um conjunto mais ou menos vasto de características (eg. semelhanças físicas, sociais, experiências de vida, etc.); em segundo lugar, as competências exibidas por aqueles que o sujeito observa devem ser vistas por este como pessoalmente acessíveis; por último, os modelos devem ainda possuir um conjunto de competências a que o sujeito aspira, assim como uma atitude de perseverança conducente à superação dos obstáculos com que se confronta. Reunindo-se estas condições, as experiências vicariantes poderão ter um efeito de desenvolvimento da percepção de eficácia pessoal; inversamente, a observação de modelos que, apesar dos seus esforços e

perseverança, não conseguem obter sucesso nas tarefas em que se encontram envolvidos pode levar a uma diminuição da eficácia pessoal percebida pelo sujeito observador.

Uma terceira fonte de desenvolvimento da auto-eficácia consiste na persuasão verbal por parte de figuras relevantes ou significativas para o sujeito. Assim, se alguém em quem o sujeito confia e a cujas opiniões atribui valor exprimir a sua confiança nas capacidades deste para o alcance de determinado objectivo, o sujeito tenderá a mobilizar um maior esforço e a ser mais perseverante no sentido de atingir o objectivo pretendido. Não obstante, é importante notar que a permanência da crença de auto-eficácia assim gerada dependerá, a médio e longo prazo, da sua confirmação através de experiências directas de sucesso. Caso estas não ocorram, o sentimento de auto-eficácia criado através de persuasão verbal tenderá a enfraquecer.

Por último, Bandura aponta as reacções fisiológicas e os estados emocionais como outra fonte de auto-eficácia. Neste sentido, a posse de um estado de humor positivo, assim como de sentimentos de bem-estar tende a incrementar a percepção de eficácia pessoal. Pelo contrário, a existência de sentimentos de dúvida, a experiência de fadiga e desânimo tendem a induzir um sentimento de vulnerabilidade e de falta de confiança nas capacidades pessoais. Vemos, assim, que as pessoas se baseiam também nos seus estados somáticos e afectivos para julgar as suas capacidades percebidas. Contudo, não estamos aqui perante uma influência directa: a informação proveniente dos estados somáticos e afectivos do sujeito é alvo de tratamento (interpretação) e integração cognitiva. Desta forma, os sujeitos possuidores de um sentido de auto-eficácia elevada proporcionados por experiências de vida anteriores tenderão a utilizar as informações provenientes dos seus estados somáticos e afectivos como impulsionadoras do desenvolvimento da sua percepção de eficácia pessoal. Os indivíduos possuidores de um fraco sentido de auto-eficácia, por seu lado, tenderão a interpretar os seus estados emocionais e somáticos como debilitadores ou indutores de maiores dúvidas relativamente às suas capacidades.

4.7. O papel da auto-eficácia como capital de identidade no processo de transição para a adultez no contexto da modernidade tardia

De acordo com a teoria do capital de identidade (Côté, 2000), é de fundamental importância que, no contexto de uma sociedade em constante mutação caracterizada por elevados níveis de incerteza, imprevisibilidade e falta de apoios institucionais à realização de tarefas identitárias, os indivíduos desenvolvam um elevado capital de identidade. Como se viu, o capital de que os indivíduos podem dispor pode ser tangível ou intangível. Este último, de acordo com Côté, assume uma grande importância dado permitir ao sujeito adaptar-se a condições do meio social diferentes e assim continuar a exercer o controlo sobre o mesmo, no

sentido de conseguir alcançar os seus objectivos. De entre os factores considerados por Côté (2000, 2006) como elementos do capital de identidade intangível, parece-nos que a auto-eficácia pode assumir um papel preponderante no processo de adaptação dos sujeitos às condições sócio-económicas da modernidade tardia. De facto, as exigências da vida moderna impõem ao indivíduo a necessidade de aquisição de um poder de controlo sobre as suas condições externas suficiente para a realização de objectivos auto-propostos. O exercício da auto-determinação dependerá, assim, tanto da posse de habilidades e competências para lidar com as exigências do meio como da posse de fortes crenças de auto-eficácia que lhe permitam o exercício do esforço e a manutenção da perseverança necessárias à realização de tarefas desafiantes e à superação de obstáculos que possam surgir (Bandura, 1995). Embora a definição de objectivos dependa também de outros factores, de acordo com Bandura (1989), as crenças de auto-eficácia terão ainda um papel determinante na escolha do nível de exigência dos objectivos a atingir: quanto mais fortes aquelas forem mais tenderá o indivíduo a escolher objectivos ambiciosos e com elevado grau de exigência.

No período da adultez emergente, durante o qual o sujeito se confronta com tarefas de construção da identidade bastante exigentes em vários domínios da sua vida (no âmbito vocacional, familiar, de aquisição de autonomia e responsabilidade pela sua própria vida), as crenças de auto-eficácia poderão ter um papel decisivo na escolha dos objectivos a atingir, os quais poderão ser mais ou menos ambiciosos em função das capacidades pessoais percebidas, assim como nas expectativas de resultado alimentadas. A própria percepção pessoal como adulto pode ser influenciada pelas crenças de auto-eficácia para cumprir com os critérios eleitos para a definição do estado de adultez.

Tendo em conta o contexto de imprevisibilidade e incerteza característico das sociedades actuais, parece assim assumir especial relevo a posse de um sentido de auto-eficácia que induza no indivíduo a confiança necessária nas suas próprias capacidades para enfrentar os mais diversos obstáculos e adversidades com que se pode ver confrontado. O desenvolvimento e a posse de um forte sentido de auto-eficácia pode ser, então, um recurso (capital) intangível inestimável para o confronto das exigências inerentes à construção da identidade neste período histórico da modernidade tardia.

II. Estudo empírico

1. O problema/ questão objecto de estudo

Partimos do pressuposto que, na sociedade portuguesa, caracterizada tal como a sociedade norte americana pela incerteza, pelo individualismo e pela escassez do suporte social, se observa um adiamento da entrada plena na idade adulta com o aparecimento de um novo período de moratória que se estende ao longo da segunda década de vida (Pais, 2002; Guerreiro & Abrantes, 2007). Designado por *adulthood emergente*, este constitui o período de vida em que os indivíduos enfrentam o desafio de resolução de tarefas identitárias relacionadas com o trabalho, as relações amorosas e a construção de uma visão do mundo relativamente estável. No âmbito do processo de construção de uma identidade adulta, os indivíduos colocam-se perante a tarefa de prossecução de um leque de objectivos enquadrados nos domínios atrás mencionados e possuem ainda um conjunto de expectativas relativamente ao alcance dos mesmos. Em todo este processo, as suas crenças de auto-eficácia podem-se revelar determinantes como factores de motivação para a colocação em prática de linhas de acção conducentes à concretização dos objectivos propostos, a que virá associada a percepção de resolução da identidade adulta. As expectativas de resultado, por seu lado, ao consistirem numa avaliação ou julgamento acerca da probabilidade de determinadas acções conduzirem a certos resultados, constituem também um poderoso suporte aos processos motivacionais e à capacidade de auto-regulação do indivíduo. Deste modo, tanto as crenças de auto-eficácia para os papéis de adulto como as expectativas de resultado relativamente aos objectivos que os adultos emergentes se propõem alcançar constituem duas dimensões importantes da antecipação de papéis e responsabilidades adultas. Uma antecipação que se prevê poder influenciar decisivamente a própria resolução da identidade adulta dado ser um indicador do grau de aproximação ao estágio de *adulthood* plena. Ao invés, a prossecução de objectivos de exploração identitária poderá ser um indicador de relativo afastamento ou relativa distância face à assumpção do estatuto de adulto. Todos estes processos de antecipação da *adulthood* se desenvolvem enquadrados num determinado contexto de oportunidades e desafios influenciado por um conjunto de factores sócio-estruturais tais como o género, o NSE, a idade e o nível de escolaridade dos indivíduos. Estas estruturas sociais poderão constituir poderosos determinantes dos tipos de percurso ou vias de acesso individuais à condição de adulto.

2. Os objectivos

O objectivo geral do presente estudo será o de analisar a resolução de tarefas identitárias em adultos emergentes, os quais se encontram em processo de transição para a *adulthood*. Para tal pretende-se: (1) proceder a uma análise diferencial de variáveis relevantes na construção da

identidade adulta (auto-eficácia para os papéis de adulto, expectativas de resultado, actividade exploratória e índice de resolução da identidade adulta) em função do género, idade e de certos elementos do capital de identidade tangível (NSE e habilitações académicas); (2) aferir a relevância da antecipação de papéis e responsabilidades adultas através das crenças de auto-eficácia para os papéis de adulto (capital de identidade intangível) e das expectativas de resultado para o processo de resolução da identidade adulta; (3) avaliar a relação existente entre o exercício de actividades exploratórias ao nível identitário e o índice de resolução da identidade adulta; (4) averiguar em que medida a auto-eficácia para os papéis de adulto, as expectativas de resultado e as actividades exploratórias representam predictores mais poderosos dos níveis de resolução da identidade adulta que factores sócio-estruturais como o NSE e o nível educativo (capital tangível), o género ou a idade.

3. Formulação e fundamentação das hipóteses

Em função da problemática objecto de análise e dos objectivos propostos formulam-se, agora um conjunto de hipóteses condutoras do tratamento e interpretação dos resultados da presente investigação. As hipóteses serão enquadradas em duas vertentes: (1) análise do poder preditivo das crenças de auto-eficácia para os papéis de adulto, das expectativas de resultado e da actividade exploratória sobre o índice de resolução da identidade adulta; (2) análise das diferenças entre grupos de indivíduos constituídos em função das variáveis género, idade, nível académico e NSE.

3.1. Diferenças entre grupos

3.1.1. Diferenças em função do género

Desde a segunda metade do século XX, tem-se observado nas sociedades ocidentais um movimento progressivo no sentido do alcance de níveis crescentes de igualdade de género nos âmbitos da educação e das ocupações profissionais (Hyde & Durik, 2005). Contudo, apesar deste movimento igualitário, continuam ainda a detectar-se diferenças significativas em diversos âmbitos de vida e de funcionamento psicológico. No que se refere especificamente às crenças de competência pessoal, duas teorias se destacam na análise de diferenças de género: a teoria da *expectativa-valor* de Eccles (e.g., Eccles, 2005) e a abordagem da teoria social cognitiva no que toca às diferenças de género (Busey & Bandura, 1999). A primeira postula que uma pessoa só investirá numa determinada actividade desafiante se a valorizar e se tiver expectativas de ser bem sucedida na mesma. As expectativas de sucesso dependerão, em grande parte, das crenças pessoais de competência. Desta forma, as diferenças nestas competências em função do género terão uma enorme influência na escolha das tarefas que homens e mulheres decidem levar a

cabo. De acordo com a teoria da *expectativa-valor*, as crenças pessoais de competência são desenvolvidas não só a partir das experiências passadas de realização dos indivíduos mas também a partir de um conjunto de factores sociais e culturais: os comportamentos e crenças de figuras de socialização significativas (tal como os pais, professores, etc.); papéis de género culturalmente construídos que prescrevem certas qualidades como específicas em função do género e instituem estereótipos de género associados a determinadas actividades. A segunda teoria referida (a teoria social cognitiva aplicada às questões de género) apresenta um *rationale* semelhante à teoria da expectativa-valor de Eccles quanto à origem das diferenças de género: sendo as crenças de auto-eficácia originadas a partir, entre outros, de processos de socialização como a modelagem e a persuasão social, os indivíduos vão formando as suas crenças de competência pessoal a partir de elementos socializadores (pais, professores, pares, comunicação social) que reflectem uma forte segregação de actividades, ocupações e papéis em função do género. Desta forma, de acordo com a teoria social cognitiva, a interacção recíproca de factores pessoais, comportamentais e ambientais (num contexto com elevados níveis de segregação em função do género), ao longo do processo desenvolvimental, acaba por resultar na construção de crenças quanto à capacidade de realização e de expectativas de resultado diferenciadas a este respeito.

Por regra, observa-se, a este nível, que os processos de socialização tendem a construir um sentido de competência em domínios distintos para rapazes e raparigas (Hyde & Durik, 2005): os primeiros são levados ao desenvolvimento de crenças de competência pessoal em actividades duras que exigem uma postura activa própria de domínios de vida caracterizados pela competitividade; as segundas são conduzidas ao desenvolvimento das suas capacidades de comunicação e de manutenção de relações harmoniosas no âmbito dos grupos sociais em que se movimentam, construindo, assim, um sentido de competência pessoal no domínio relacional. Vemos, então, que os factores de socialização conduzem ambos os géneros ao desenvolvimento diferenciado de competências nos domínios específicos em que o contexto cultural espera a manifestação dessas competências.

No que aos processos de resolução da identidade adulta e de transição para a adultez diz respeito, observa-se, ainda hoje, a existência de diferenças quanto aos papéis e responsabilidades que fazem parte da identidade adulta de homens e mulheres. Apesar da extraordinária mudança que as últimas décadas trouxeram no sentido de uma progressiva equidade de género nos âmbitos educacional e ocupacional, parece continuar a observar-se uma tendência para que os homens atribuam prioridade ao desenvolvimento dos seus projectos e carreiras profissionais (secundarizando os papéis e responsabilidades familiares) e as mulheres atribuam prioridade à

esfera familiar (muitas vezes com sacrifício dos seus projectos profissionais) (Dworak & Toulemon, 2007; Hyde & Durik, 2005; Guerreiro & Abrantes, 2007).

Tendo em atenção as anteriores considerações formulam-se as seguintes hipóteses diferenciais tendo em conta o género dos sujeitos:

Hipótese A 1. Os indivíduos de sexo masculino tenderão a apresentar valores mais elevados de auto-eficácia e expectativas de resultado para a realização no domínio profissional, enquanto que, por sua vez, os indivíduos de sexo feminino tenderão a apresentar níveis mais elevados de auto-eficácia e expectativas de resultado nos domínios relacionados com a esfera de vida familiar.

Hipótese A 2. Para os sujeitos de sexo masculino, o sentimento de competência no âmbito profissional constituirá um dos principais preditores da resolução da sua identidade adulta. Por seu lado, para os sujeitos de sexo feminino, o sentimento de competência para a assumpção de papéis e responsabilidades familiares constituirá o principal preditor da resolução da sua identidade adulta,.

3.1.2. Diferenças em função da idade

Na transição para a adultez, uma grande franja da população começa a beneficiar de uma moratória alargada no contexto da qual tem oportunidade de empreender actividades exploratórias tendentes à resolução de tarefas identitárias (Arnett, 2006; Côté, 2002) que culminarão na assumpção do estatuto de adulto. Espera-se que o decurso de tais actividades exploratórias (assim como os sucessivos investimentos que vão sendo realizados em âmbitos como os do trabalho, relações interpessoais e construção de uma determinada visão do mundo) conduza os adultos emergentes ao cumprimento dos parâmetros que os definirão como adultos. Como vimos, tais parâmetros tendem a assumir, nas sociedades desenvolvidas contemporâneas, um pendor subjectivo já que se reportam a factores como a aceitação de responsabilidade pelos próprios actos, a tomada de decisões individuais acerca de crenças e valores, o estabelecimento de uma relação igualitária com os progenitores e a aquisição da independência financeira (Arnett, 2006). À medida que a idade vai avançando, espera-se que as actividades exploratórias e os sucessivos investimentos para a resolução de tarefas identitárias se vão adensando e consolidando. Por outro lado, espera-se que o decorrer do itinerário exploratório dos adultos emergentes os vá dotando de níveis de auto-eficácia e de expectativas de resultado crescentes relativamente às tarefas de construção da identidade em que se encontram envolvidos. Em função de tal dinâmica, esperamos encontrar as seguintes diferenças em função da idade:

Hipótese B 1. Os sujeitos mais velhos apresentarão níveis mais elevados de auto-eficácia para os papéis de adulto, assim como de expectativas de resultado, comparativamente com os

sujeitos mais novos. Inversamente, espera-se que estes últimos evidenciem índices mais elevados de actividades exploratórias ao nível identitário.

Hipótese B 2. Os sujeitos mais velhos apresentarão uma tendência mais acentuada a perceberem-se a si próprios como adultos, comparativamente com os sujeitos mais novos.

Hipótese B 3. O aumento da idade conduzirá ao incremento do índice de resolução da identidade adulta.

3.1.3. Diferenças em função do nível académico

Vivemos num ambiente social caracterizado por elevados níveis de desestruturação e imprevisibilidade, factores que afectam especialmente os indivíduos mais jovens. No que se refere especificamente à área ocupacional, tem-se vindo a observar o colapso do mercado de trabalho jovem nos países industrializados (Côté & Levine, 2002), algo que vai reduzindo significativamente as oportunidades supletivas (ou “por defeito”) de ingresso no mundo laboral. Cada vez mais, são necessários elevados níveis de formação que dotem a população jovem dos recursos necessários a uma transição pessoalmente satisfatória para ocupações profissionais estáveis e viáveis. Neste contexto, assume particular importância a formação que é proporcionada pelo percurso escolar na dotação dos conhecimentos e práticas necessárias ao desempenho de funções laborais cada vez mais especializadas. Tendo em consideração esta importância fundamental do percurso de formação na preparação dos jovens para o ingresso no mercado de trabalho, poder-se-ia esperar que quanto mais longo fosse o seu trajecto académico (traduzido num elevado nível de escolaridade) mais estes se sentiriam preparados para enfrentar os desafios do mundo laboral. Assumindo esta premissa, poder-se-ia concluir que a posse de elevados níveis de escolaridade conduziria, necessariamente, a elevados níveis de auto-eficácia no enfrentamento dos desafios da adultez. Estes indivíduos estariam, então, preparados para resolver de forma mais eficaz e mais célere as tarefas identitárias com que se defrontam no período da adultez emergente. Contudo, há que ter em atenção que esta relação parece não ser linear. Por um lado, os programas educativos massificados podem não ser de molde a dotar os indivíduos dos recursos necessários à superação dos desafios da transição para a adultez na área ou dimensão ocupacional (Côté, 2002). Por outro, nem todos os alunos aproveitam de forma eficaz as oportunidades de formação que lhes são oferecidas. A título de exemplo, e de acordo com Côté (2002), os estudantes universitários podem adoptar três tipos de abordagens ao curso que frequentam: a “carreirista materialista” (olhar o curso universitário como um meio de conquistar dinheiro, estatuto social e sucesso), a de “desenvolvimento pessoal e intelectual” (desenvolvimento de capital humano do indivíduo) e a “humanitária” (objectivo de contribuir para o desenvolvimento da condição humana, em geral). A abordagem de “desenvolvimento

peçoal e intelectual” parece ser aquela que mais benefícios traz, em termos de competências adquiridas e classificações obtidas. Por seu turno, abordagem “carreirista materialista” parece ser a menos benéfica em termos de desenvolvimento dos recursos necessários ao enfrentamento e superação dos desafios ocupacionais. Vemos, assim, que não basta a frequência e obtenção de níveis académicos elevados. A qualidade do investimento pessoal nas actividades académicas é decisiva: somente aqueles que a abordam como oportunidade de desenvolvimento intelectual e pessoal acabam por adquirir maior capital de identidade; aqueles que se preocupam apenas com o investimento na carreira acabam por derivar pouco capital de identidade do seu percurso académico. Estes últimos podem estar apenas a adiar o confronto com os desafios da adultez (comportamento procrastinatório), assim como a aquisição das competências e recursos necessários para os enfrentar.

Em função das considerações anteriores, e como atrás se havia dito, não se pode estabelecer uma relação directa entre o nível de escolaridade e a aquisição dos recursos necessários para resolver satisfatoriamente as tarefas identitárias conducentes ao alcance do estado adulto. Contudo, e tendo em consideração que o itinerário escolar fornece as condições para o desenvolvimento de competências necessárias ao ingresso num mercado de trabalho marcado por níveis crescentes de especialização, podemos colocar a hipótese de que quem o percorre poderá sair mais bem preparado para enfrentar os desafios ocupacionais da vida adulta. Por outro lado, tendo em conta o carácter fortemente credencialista do mercado de trabalho (Côté, 2002, 2007), os possuidores de habilitações académicas mais elevadas tenderão a perceber-se como melhor posicionados na competição pelas ocupações profissionais mais cobiçadas. Tendo isso em consideração, aventamos as seguintes hipóteses, a título exploratório:

Hipótese C 1. Quanto maior for o nível académico (capital de identidade tangível), maior será também o nível de auto-eficácia para os papéis de adulto (capital de identidade intangível), na dimensão de realização pessoal e vocacional, assim como as expectativas de resultado próprias e por comparação com a coorte etária.

Hipótese C 2. Dado que um percurso escolar mais longo pode implicar o adiamento da assumpção de papéis e responsabilidades adultas (no domínio profissional e relacional), assim como a consequente manutenção de um estatuto de dependência ou semi-dependência da família de origem, os sujeitos com níveis de escolaridade mais baixos tenderão a possuir índices mais elevados de resolução da sua identidade adulta, devido ao seu investimento mais precoce em papéis e responsabilidades adultas (relacionadas com marcadores tradicionais da adultez).

Hipótese C 3a. Para os indivíduos com nível de escolaridade mais elevado, dado o seu maior investimento numa formação que os dotará, em princípio, de melhores condições de ingresso no mercado de trabalho (pelo incremento de capital de identidade tangível), tenderão a

dar maior relevância à antecipação de papéis de adulto pela vertente da realização pessoal e vocacional (auto-eficácia para a realização pessoal e vocacional).

Hipótese C 3b. Prevê-se ainda que, dada a vantagem destes sujeitos em termos de acumulação de capital de identidade tangível (ao nível da aquisição de conhecimentos, competências e credenciais académicas), as suas expectativas de resultado por comparação com a coorte etária, relativamente à concretização de objectivos gerais de realização da vida adulta, serão, também, um forte preditor de resolução da sua identidade adulta.

Hipótese C 3c. Por seu turno, para os sujeitos com menor nível de escolaridade, factores maturacionais e sócio-estruturais, como a idade e a antecipação de papéis e responsabilidades conjugais e parentais (através de crenças de auto-eficácia para a parentalidade e conjugalidade) constituirão os principais predictores da resolução da sua identidade adulta.

3.1.4. Diferenças em função do nível sócio-económico

O capital de identidade, de acordo com Côté (2000, 2006), pode ser tangível ou intangível. O capital tangível, consistindo em elementos socialmente visíveis como a posse de certas habilitações académicas e a pertença a certos grupos sociais e institucionais, pode constituir um “passaporte” para negociar o ingresso em certas esferas da realidade social e ocupacional. A pertença a certos grupos sociais e as interações que aí se desenvolvem podem gerar recursos conducentes à formação de auto-conceitos e identidades que são situacionalmente específicas. Desta forma, a pertença a grupos e esferas sociais de NSE mais elevado poderá dotar os indivíduos de mais recursos para lidar com os desafios da adultez.

Por outro lado há que considerar que os NSE mais elevados podem proporcionar contextos de socialização mais favoráveis ao desenvolvimento de certos elementos do próprio capital de identidade intangível. O desenvolvimento de certas forças do ego como a auto-estima, a auto-eficácia ou um *locus* de controle interno (capital de identidade intangível) (Côté, 2000, 2002) depende da qualidade das interações que o indivíduo vai tendo com o seu ambiente de socialização no decurso do seu processo desenvolvimental. A interação com um ambiente que forneça os desafios e apoios ao desenvolvimento de um sentido de identidade viável poderá levar à aquisição de um capital de identidade intangível indispensável à superação positiva dos desafios da vida adulta.

Dado que, por regra, os contextos desenvolvimentais de NSE mais elevado fornecem mais condições (apoios na forma de capital de identidade tangível) para a aquisição de capital de identidade intangível, pressupomos que isso se irá reflectir num nível mais elevado das crenças de auto-eficácia e das expectativas de resultado.

Por seu turno, os indivíduos de NSE mais baixo terão menos oportunidades (por falta de capital de identidade tangível) de usufruir da moratória social alargada característica da adultez emergente e de, assim, acumular um capital de identidade idêntico aos sujeitos pertencentes a um NSE mais elevado. As suas trajectórias tenderão, também, a ser caracterizadas pela assumpção de responsabilidades adultas em idades mais precoces, por comparação com a sua coorte de NSE elevado. Um factor que pode conduzir a que percepcionem a sua transição para a adultez a partir do cumprimento dos marcadores sociais que foram referidos no apartado anterior.

Tendo em conta todas as considerações feitas, colocamos as seguintes hipóteses diferenciais no que toca ao NSE:

Hipótese D 1. Os indivíduos de NSE mais elevado apresentarão maiores níveis de auto-eficácia para a realização pessoal e vocacional e para a prossecução da educação e formação.

Hipótese D 2. Quanto mais elevado for o NSE, maior será o nível de aspiração dos indivíduos traduzido no nível de auto-eficácia e nas expectativas de resultado (tanto as próprias como as definidas por comparação com a coorte etária).

Hipótese D 3. As expectativas de resultado por comparação com os pais serão mais elevadas nos indivíduos de NSE mais baixo, os quais poderão albergar expectativas de superação dos níveis de realização dos seus pais no âmbito pessoal e material.

3.2. Relação entre as variáveis analisadas

As crenças de auto-eficácia, assim como as expectativas de resultado podem ser fortes factores motivacionais para a realização de determinadas tarefas ou concretização de certos objectivos. A antecipação de competência em papéis e responsabilidades adultas a partir destas variáveis psicológicas poderá constituir um factor preditivo da resolução da identidade adulta dos indivíduos. De facto, elevados níveis de auto-eficácia para os papéis de adulto, assim como de expectativas de resultado quanto à concretização de objectivos associados à adultez parecem indicar que o processo desenvolvimental dos adultos emergentes (no contexto duma relação dinâmica entre factores pessoais, comportamentais e ambientais, de acordo com o modelo de causalidade triádica proposto pela teoria social cognitiva) os tem vindo a preparar para a assumpção de papéis adultos. De acordo com a teoria do capital de identidade, poder-se-á supor que estes adultos emergentes foram investindo na aquisição de um determinado nível de capital de identidade intangível, tendo-se, assim, vindo a dotar das qualidades de personalidade necessárias à negociação da sua passagem para a adultez.

Inversamente, podemos supor que um elevado nível de actividade exploratória pode ser indicador de um baixo índice de resolução da identidade adulta. Os indivíduos nestas condições

encontram-se ainda num processo de busca de um sentido de si e de uma forma de se enquadrarem e integrarem no seu contexto comunitário. De acordo com Arnett (2000), poderemos considerar que quem se encontra em plena actividade exploratória mantém um sentimento de se encontrar, ainda, entre a adolescência e a adultez, já não se percebendo como adolescente mas, também, não se percebendo como integralmente adulto, ou seja, encontra-se em plena adultez emergente.

Atendendo às considerações anteriores, postulam-se as seguintes hipóteses quanto à capacidade preditivas das crenças de auto-eficácia, das expectativas de resultado e da actividade exploratória sobre o índice de resolução da identidade adulta:

Hipótese E 1. Níveis elevados de auto-eficácia para os papéis de adulto, assim como de expectativas de resultado quanto à concretização de objectivos associados à vida adulta constituirão preditores mais fortes de resolução da identidade adulta que a idade e o NSE.

Hipótese E 2. A prossecução de objectivos exploratórios ao nível identitário será um preditor negativo da resolução da identidade adulta.

4. Método

4.1. Plano de observação e variáveis

O presente estudo segue um plano de observação transversal. Nos estudos diferenciais, as variáveis dependentes consistem na auto-eficácia para o desempenho de papéis adultos, nas expectativas de resultado relativamente à concretização de objectivos e projectos associados à vida adulta (expectativas próprias, por comparação com os pais e por comparação com a coorte etária), a importância da prossecução de objectivos de exploração identitária e o índice de resolução da identidade adulta. Como variáveis independentes tomaram-se em consideração as seguintes variáveis sócio-demográficas: idade (composta por um grupo de sujeitos com idades compreendidas entre os 18 e os 21 anos); género; nível académico (um grupo de sujeitos com habilitações académicas até ao 12º ano de escolaridade e outro com sujeitos com habilitações superiores ao 12º ano); NSE (alto, médio e baixo).

4.2. Amostra: caracterização sócio-demográfica

A amostra é composta por 346 sujeitos com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos de idade, de ambos os sexos, pertencentes a três níveis sócio-económicos¹ (alto, médio e baixo) e distribuídos por dois níveis de escolaridade (até ao 12º ano de escolaridade; superior ao 12º ano de escolaridade). No que concerne às variáveis demográficas enunciadas, a amostra

¹ O NSE foi avaliado a partir da profissão e do nível educacional do pai e da mãe (Cfr. Anexo 1).

encontra-se distribuída da seguinte forma: 138 homens (39,9%), 208 mulheres (60,1%); 60 sujeitos de nível sócio-económico (NSE) alto (17,3%), 146 Sujeitos de NSE médio (42,2%) e 140 Sujeitos de NSE baixo (40,5%); 163 sujeitos com idade compreendida entre os 18 e os 21 anos (47,1%) e 183 sujeitos com idade compreendida entre os 22 e os 30 anos (52,9%); 180 sujeitos com habilitações académicas até ao 12º ano de escolaridade (52,2%) e 165 sujeitos com habilitações superiores ao 12º ano (47,8%).

4.3. Procedimento

Todos os instrumentos utilizados foram objecto de uma primeira administração a 20 sujeitos, à qual se seguiu uma reflexão falada a partir da qual se logrou a redacção final dos itens. De forma a avaliar a qualidade psicométrica dos questionários, procedeu-se, primeiramente à avaliação do poder discriminativo dos itens baseada na análise da distribuição da percentagem de respostas pelas quatro alternativas propostas. Os itens que reuniam uma percentagem superior a 70% em qualquer das alternativas de resposta, individualmente consideradas, foram eliminados. Seguidamente, foram realizadas análises factoriais exploratórias em componentes principais, seguidas de rotação *varimax*, a fim de se obter as estruturas factoriais das escalas. Durante este procedimento, como critério de eliminação dos itens, utilizou-se uma saturação inferior 0.30 cumulativamente com uma saturação em mais do que um factor, em que a diferença entre saturações fosse igual ou inferior a 0.1. Por último, de forma a avaliar a fidelidade do instrumento, foi aferida a consistência interna das suas dimensões factoriais (*alpha de Cronbach*). Durante este procedimento foram eliminados os itens que contribuíam para uma redução significativa da consistência interna.

Os itens dos questionários utilizados (à excepção do questionário sócio-demográfico) apresentavam-se sob a forma de afirmação relativamente à qual os sujeitos tinham de se situar numa escala de *Lickert* em 4 níveis: 1 (concordo totalmente); 2 (concordo bastante); 3 (concordo pouco); 4 (discordo totalmente).

Num primeiro momento, a fim de, não só detectar diferenças entre os grupos de sujeitos em estudo (em função do género, idade, habilitações académicas e NSE), mas também aferir a possível existência de efeitos de interacção entre as variáveis demográficas mencionadas sobre as variáveis dependentes em estudo, foram realizadas MANOVAS. As ANOVAS seguidamente realizadas permitiram proceder à análise diferencial dos resultados. Por último, a realização de regressões hierárquicas possibilitou aferir o valor preditivo das variáveis em estudo sobre o índice de resolução da identidade adulta. Nas análises de regressão foi, então, considerada como variável dependente a resolução da identidade adulta, e como variáveis independentes as várias dimensões da auto-eficácia encontradas (auto-eficácia para a realização pessoal e vocacional,

auto-eficácia para a parentalidade e conjugalidade, auto-eficácia para a obtenção de emprego de sobrevivência, auto-eficácia para o estilo de vida pretendido, auto-eficácia para a realização de tarefas domésticas, auto-eficácia para a prossecução da educação e formação e auto-eficácia como provedor familiar), as expectativas de resultado próprias, por comparação com os pais e por comparação com a coorte etária, os objectivos de exploração de papéis de adulto, os objectivos de exploração de mundividências, a idade e o NSE.

4.4. Instrumentos de medida

Seguidamente apresentam-se os instrumentos utilizados na presente investigação e a avaliação de algumas das suas características psicométricas: questionário sócio-demográfico; escala de auto-eficácia para a concretização de objectivos e realização de tarefas associadas à adultez; escala de exploração de mundividências e papéis de adulto; 3 escalas de expectativas de resultado (expectativas próprias, por comparação com os pais e por comparação com a coorte etária); índice de resolução da identidade adulta (composto pelas subescalas resolução da identidade adulta e resolução da identidade comunitária).

4.4.1. Questionário sócio-demográfico

O questionário sócio-demográfico permitiu recolher as informações demográficas necessárias à caracterização das variáveis independentes da amostra (género, idade, NSE e habilitações académicas) e subsequente análise diferencial dos resultados obtidos para as variáveis dependentes.

4.4.2. Escala de auto-eficácia para a concretização de objectivos e realização de tarefas associadas à adultez

4.4.2.1. O instrumento

Para o efeito de medir os índices de auto-eficácia para a concretização de objectivos e realização de tarefas associadas à adultez procedeu-se á adaptação e fusão de dois questionários: o *Questionário de Auto-eficácia para os Papéis de Adulto* (Coimbra, 2008) e o *Adult Self-Perception Profile* (Messer & Harter, 1986). Deste último foram utilizadas apenas as dimensões *competência profissional, provedor adequado, relações íntimas e valor próprio em termos globais*. A escolha destas dimensões teve em conta o facto de elas focarem um conjunto de responsabilidades e papéis objecto de exploração e investimento no período de transição para a vida adulta (Erikson, 1980; Arnett, 2000), não cobertas pelo primeiro questionário.

O *Questionário de Auto-eficácia para os Papéis de Adulto* (Coimbra, 2008) foi objecto de uma ligeira adaptação, visto ter sido originalmente criado para ser aplicado a uma população de

uma faixa etária (sujeitos dos 16 aos 25 anos de idade) um pouco distinta da da amostra do presente estudo. Alguns itens foram retirados por se considerar que perdiam a sua pertinência ao serem aplicados a uma população ligeiramente mais velha comparativamente com aquela a que originalmente se destinavam (e.g., “não reprovar”, “ter uma boa média”).

4.4.2.2. Poder discriminativo dos itens

Dado que em nenhum dos itens se observou uma percentagem superior a 70% em qualquer das alternativas de resposta individualmente consideradas, todos os itens iniciais da escala foram mantidos.

4.4.2.3. Estrutura factorial e consistência interna

Com o propósito de analisar o modo como os itens do questionário se agrupam em factores latentes, foi realizada uma análise factorial exploratória em componentes principais, seguida de rotação *varimax*, forçando-se a extracção de 7 factores. Tal solução permitiria uma ideal integração das dimensões presentes nos questionários que serviram de base à construção desta escala. A estrutura assim obtida explica 59,7% da variância e é composta pelos seguintes 7 factores: *Auto-eficácia para a realização pessoal e vocacional*, *auto-eficácia para a parentalidade e conjugalidade*, *auto-eficácia como provedor familiar*, *auto-eficácia para a obtenção de emprego de sobrevivência*, *auto-eficácia para a prossecução do estilo de vida desejado*, *auto-eficácia para a realização de tarefas domésticas* e *auto-eficácia para a prossecução da educação e formação* (Cfr. Anexo 2, Quadro 1).

De forma a avaliar a fidelidade do instrumento, foi aferida a consistência interna das suas dimensões factoriais (*alpha de Cronbach*). Os valores obtidos podem-se considerar satisfatórios, oscilando de razoável ($> .70$) a bom ($> .80$) (Pestana & Gageiro, 2005). Conferir Quadro 1.

Quadro 1. Consistência interna das subescalas da Escala de auto-eficácia para a concretização de objectivos e realização de tarefas associadas à adultez.

Subescalas	Nº de itens	α de Cronbach
<i>Auto-eficácia para a realização pessoal e vocacional</i>	12	,89
<i>Auto-eficácia para a parentalidade e conjugalidade</i>	9	,86
<i>Auto-eficácia para a prossecução da educação e formação</i>	2	,83
<i>Auto-eficácia para a obtenção de emprego de sobrevivência</i>	4	,68
<i>Auto-eficácia como provedor familiar</i>	5	,80
<i>Auto-eficácia para a prossecução do estilo de vida desejado</i>	4	,77
<i>Auto-eficácia para a realização de tarefas domésticas</i>	3	,86

4.4.3. Escala de exploração de mundividências e papéis de adulto

4.4.3.1. O instrumento

De forma a aferir o nível de actividade exploratória destinada à construção de uma identidade adulta foi criada a *Escala de exploração de mundividências e papéis de adulto*.

A partir de entrevistas iniciais com sujeitos de perfil sócio-demográfico idêntico ao da amostra do estudo, foram elaborados itens com potencial de aferição da actividade exploratória tendente à resolução de questões identitárias em adultos emergentes. Os referidos itens foram inseridos numa primeira versão do questionário que foi administrada a sujeitos com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos de idade. A partir de um procedimento de reflexão falada, logrou-se a redacção final dos itens da escala.

4.4.3.2. Poder discriminativo dos itens

De acordo com o critério utilizado para a avaliação do poder discriminativo dos itens, nenhum dos itens da presente escala foi eliminado.

4.4.3.3. Estrutura factorial e consistência interna

A análise factorial realizada permitiu a extracção de 2 factores, explicando 68,24% da variância: os factores *Objectivos de exploração de papéis de adulto* e *Objectivos de exploração de mundividências* (Cfr. Anexo 2, Quadro 2). Os valores relativos à consistência interna de ambas as dimensões podem-se considerar razoáveis ($> .70$) (Pestana & Gageiro, 2005). Conferir Quadro 2).

Quadro 2. Consistência interna das subescalas da Escala de exploração de mundividências e papéis de adulto.

Subescalas	Nº de itens	α de Cronbach
<i>Objectivos de exploração de papéis de adulto</i>	2	,76
<i>Objectivos de exploração de mundividências</i>	3	,73

4.4.4. Escalas de expectativas de resultado

4.4.4.1. Os instrumentos

Com o objectivo de avaliar as expectativas de resultado quanto à concretização de objectivos em várias dimensões da vida adulta foram criados três questionários: um dirigido a captar as expectativas de resultado que cada sujeito alberga em função de considerações próprias relativamente aos objectivos que pretende atingir, assim como quanto aos factores que podem ter influência nesse processo; um outro, em tudo semelhante ao anterior e só diferindo daquele por solicitar a realização da avaliação das expectativas de resultado por comparação com a sua

coorte etária; um último cuja única variação em relação ao primeiro era a de solicitar a avaliação das expectativas de resultado por comparação com os pais.

A construção destes três questionários partiu de uma análise de conteúdo da escala de *Escala de auto-eficácia para a concretização de objectivos e realização de tarefas associadas à adultez*, a qual permitiu extrair um conjunto de dimensões de vida em que se integram os objectivos dos adultos emergentes no âmbito do seu processo de transição para a vida adulta. Foram extraídas as seguintes 6 dimensões de vida: a dimensão do trabalho; a dimensão financeira; a dimensão familiar, a dimensão das relações pessoais e sociais; a dimensão do lazer; e a dimensão da qualidade de vida em geral. Cada uma das referidas dimensões foi transformada num item da presente escala.

4.4.4.2. Poder discriminativo dos itens

Dado nenhum dos itens ter obtido uma percentagem superior a 70% em qualquer das alternativas de resposta, individualmente consideradas, nenhum dos itens iniciais foi eliminado.

4.4.4.3. Estrutura factorial e consistência interna

A análise factorial exploratória permitiu a extracção de um só factor em cada uma das escalas de expectativas de resultado. Esse factor único explica 61,45% da variância na *Escala de expectativas de resultado próprias*, 61,12% na *Escala de expectativas de resultado por comparação com a coorte etária* e 52,47% na *Escala de expectativas de resultado por comparação com os pais*. A estrutura unifactorial de cada uma das escalas pode ser consultada no Anexo 2, Quadros 3, 4 e 5.

Os valores relativos à consistência interna dos instrumentos podem-se considerar bons (>.80) (Pestana & Gageiro, 2005). Conferir Quadro 3.

Quadro 3. Consistência interna das Escalas de expectativas de resultado.

Escalas	Nº de itens	α de Cronbach
<i>Escala de expectativas de resultado próprias</i>	6	,87
<i>Escala de expectativas de resultado por comparação com a coorte etária</i>	6	,87
<i>Escala de expectativas de resultado por comparação com os pais</i>	6	,82
<i>Expectativas de resultados globais</i>	18	,89

4.4.5. Índice de resolução da identidade adulta

4.4.5.1. O instrumento

O *Índice de resolução da identidade adulta* é fruto da adaptação do *Identity Stage Resolution Index* (ISRI) (Côté, 2002). Trata-se de uma escala destinada a aferir o grau de

resolução da identidade adulta e, na sua versão original, é composta por 2 factores: a *Adult Identity Resolution Scale* (AIRS) destinada a captar a percepção de já se ser adulto; a *Community Identity Resolution Scale* (CIRS) destinada a captar a percepção de já se possuir uma identidade socialmente integrada.

Procedeu-se à adaptação da ISRI. Tal processo envolveu, por um lado, a tradução da escala original e, por outro, a sua aplicação a um grupo de adultos emergentes de forma a aferir a adequação dos seus itens à população portuguesa. O procedimento de reflexão falada que se seguiu à administração da escala conduziu às seguintes alterações da escala original: no âmbito da AIRS, o item “*I feel respected by others as an adult*” foi desdobrado em dois, de forma a diferenciar os “outros” que pertencem à sua família dos “outros” em geral. Os itens obtidos com tal desdobramento foram os seguintes: “*Sinto que sou reconhecido como um adulto pela minha família*” e “*Sinto que sou reconhecido como um adulto pelos outros em geral*”; no âmbito da CIRS, os 4 itens que a compõem foram objecto de uma tradução não literal de forma a adaptá-los ao contexto cultural português.

4.4.5.2. Poder discriminativo dos itens

Dado nenhum dos itens ter obtido uma percentagem superior a 70% em qualquer das alternativas de resposta, individualmente consideradas, nenhum dos itens iniciais foi eliminado.

4.4.5.3. Estrutura factorial e consistência interna

A análise factorial exploratória revelou a presença dos mesmos factores identificados na escala original: um factor de *resolução da identidade adulta*, e outro de *resolução da identidade comunitária*. O primeiro factor explica 34,06% da variância total, enquanto que o segundo explica 26,06 de tal variância (Cfr. Anexo 2, Quadro 6).

Os valores relativos à consistência interna das escalas oscila entre fraco ($> .60$) e bom ($> .80$) (Pestana & Gageiro, 2005). Conferir Quadro 4.

Quadro 4. Consistência interna do índice de resolução da identidade adulta e das suas subescalas.

Subescalas	Nº de itens	α de Cronbach
<i>Escala de resolução da identidade adulta</i>	4	,84
<i>Escala de resolução da identidade comunitária</i>	4	,67
<i>Índice de resolução da identidade adulta</i>	8	,80

5. Resultados

Primeiramente serão apresentados os resultados da análise diferencial em função do género, idade, habilitações académicas e NSE. Seguidamente serão expostos os resultados da análise do poder predictivo das variáveis independentes consideradas nas análises de regressão em relação ao índice de resolução da identidade adulta (primeiro para a amostra total e, depois, em função do género e das habilitações académicas).

5.1. Diferenças entre grupos

5.1.1. Diferenças em função do género

As ANOVAS realizadas permitiram observar diferenças de género quanto às variáveis *Auto-eficácia para a realização pessoal e vocacional*, *Auto-eficácia para a realização de tarefas domésticas*, *Auto-eficácia para o estilo de vida*, *Objectivos de exploração de papéis de adulto*, *Expectativas de resultado por comparação com a coorte etária* e *Expectativas de resultado em geral* (Cfr. Quadro 5). Os homens apresentam índices superiores em todas as variáveis mencionadas à excepção da *Auto-eficácia para a realização de tarefas domésticas*.

Quadro 5. Diferenças em função do género.

Variável Dependente	Masculino		Feminino		F	g.l.	Sig.
	M	DP	M	DP			
<i>Auto-eficácia para a realização pessoal e vocacional</i>	1,58	0,47	1,70	0,47	4,18	1	0,042
<i>Auto-eficácia para a realização de tarefas domésticas</i>	2,04	0,73	1,85	0,70	16,93	1	0,000
<i>Auto-eficácia para o estilo de vida</i>	1,57	0,59	1,76	0,58	6,99	1	0,009
<i>Objectivos de exploração de papéis de adulto</i>	2,24	0,94	2,53	0,86	7,51	1	0,006
<i>Expectativas de resultado por comparação com a coorte etária</i>	1,96	0,53	2,14	0,62	7,39	1	0,007
<i>Expectativas de resultado em geral</i>	1,83	0,45	1,93	0,42	4,32	1	0,039

5.1.2. Diferenças em função da idade

As diferenças encontradas através das ANOVAS, tendo em conta a idade dos sujeitos reportam-se às variáveis *Auto-eficácia para a realização pessoal e vocacional*, *Expectativas de resultado por comparação com os pais*, *Expectativas de resultado em geral*, *Escala de*

resolução da identidade adulta, Escala de resolução da identidade comunitária e Índice de resolução da identidade adulta (Cfr. Quadro 6).

Quadro 6. Diferenças em função da idade.

Variável Dependente	18 a 21 anos		22 a 30 anos		F	g.l.	Sig.
	M	DP	M	DP			
<i>Auto-eficácia para a realização pessoal e vocacional</i>	1,71	0,50	1,59	0,43	3,87	1	0,050
<i>Expectativas de resultado por comparação com os pais</i>	2,02	0,58	1,85	0,60	7,11	1	0,008
<i>Expectativas de resultado em geral</i>	1,94	0,44	1,84	0,43	4,68	1	0,031
<i>Escala de resolução da identidade adulta</i>	2,42	0,69	2,02	0,64	31,26	1	0,000
<i>Escala de resolução da identidade comunitária</i>	2,81	0,66	2,57	0,77	9,29	1	0,002
<i>Índice de resolução da identidade adulta</i>	2,86	0,55	2,56	0,67	20,61	1	0,000

5.1.3. Diferenças em função das habilitações académicas

As ANOVAS permitiram observar diferenças em função das habilitações académicas para as variáveis *Expectativas de resultado por comparação com a coorte etária*, *Expectativas de resultado em geral*, *Escala de resolução da identidade comunitária*, *Índice de resolução da identidade adulta* (Cfr. Quadro 7).

Quadro 7. Diferenças em função das habilitações académicas.

Variável Dependente	Até 12º ano		Mais que 12º ano		F	g.l.	Sig.
	M	DP	M	DP			
<i>Expectativas de resultado por comparação com a coorte etária</i>	1,97	0,58	2,18	0,58	10,66	1	0,001
<i>Expectativas de resultado em geral</i>	1,81	0,45	1,98	0,41	12,72	1	0,000
<i>Escala de resolução da identidade comunitária</i>	2,58	0,73	2,80	0,71	7,78	1	0,006
<i>Índice de resolução da identidade adulta</i>	2,62	0,66	2,79	0,60	6,83	1	0,009

5.1.4. Diferenças em função do NSE

Quanto ao NSE, as ANOVAS permitiram detectar as seguintes diferenças: os sujeitos de NSE alto e médio apresentaram níveis superiores de *Auto-eficácia para a prossecução da educação e formação* por comparação com os indivíduos de NSE baixo; por outro lado, comparativamente com os indivíduos de NSE elevado, os sujeitos de NSE médio e baixo revelaram níveis superiores de *Expectativas de resultado por comparação com os pais* (Cfr. Quadro 8).

Quadro 8. Diferenças em função do NSE.

Variável Dependente	NSE Alto		NSE Médio		NSE Baixo		F	g.l.	Sig.	
	(1)		(2)		(3)					
	M	DP	M	DP	M	DP				
Auto-eficácia para a prossecução da educação e formação	1,56	0,62	1,63	0,60	1,98	0,76	11,38	2	0,000	1,2>3
Expectativas de resultado por comparação com os pais	2,25	0,50	1,92	0,59	1,81	0,59	12,50	2	0,000	1>2,3

5.2. Preditores da resolução da identidade adulta

Os preditores da resolução da identidade adulta serão apresentados quer para a amostra total, quer para subgrupos definidos em função do género e das habilitações académicas.

5.2.1. Amostra total

Para a amostra global, o melhor modelo preditivo da resolução da identidade adulta, obtido através da análise de regressão hierárquica é composto pelos seguintes factores: *Auto-eficácia para a parentalidade e conjugalidade*, *Expectativas de resultado por comparação com a coorte etária*, *Objectivos de exploração de papéis de adulto*, *idade* e *Expectativas de resultado (próprias)* (Cfr. Quadro 9).

Quadro 9. Modelo para a amostra total.

<i>Preditores (Modelo)</i>	<i>R</i>	<i>R² Ajustado</i>	<i>β</i>	<i>t</i>	<i>Sig.</i>
	0,552	0,282			
<i>Auto-eficácia para a parentalidade e conjugalidade</i>			0,218	2,850	0,005
<i>Expectativas de resultado por comparação com a coorte etária</i>			0,216	2,691	0,008
<i>Objectivos de exploração de papéis de adulto</i>			-0,231	-3,300	0,001
<i>Idade</i>			0,230	3,370	0,001
<i>Expectativas de resultado (próprias)</i>			0,174	2,001	0,047

5.2.2. Em função do género

Quanto aos factores preditivos da resolução da identidade adulta, observa-se que, para os homens, o modelo que melhor a prediz é composto pelos seguintes: *Auto-eficácia para a realização pessoal e vocacional*, *idade*, *Expectativas de resultado por comparação com a coorte etária* e *Objectivos de exploração de papéis de adulto* (este evidenciando uma relação negativa com a resolução da identidade adulta). (Cfr. Quadro 10).

Quadro 10. Modelo para os homens.

<i>Preditores (Modelo)</i>	<i>R</i>	<i>R² Ajustado</i>	<i>β</i>	<i>t</i>	<i>Sig.</i>
	0,630	0,359			
<i>Auto-eficácia para a realização pessoal e vocacional</i>			0,235	2,220	0,030
<i>Idade</i>			0,316	3,159	0,002
<i>Expectativas de resultado por comparação com a coorte etária</i>			0,403	3,668	0,000
<i>Objectivos de exploração de papéis de adulto</i>			-0,272	-2,620	0,011

Já para as mulheres, os factores que melhor predizem a resolução da sua identidade adulta são os seguintes: as *Expectativas de resultado (próprias)* e a *Auto-eficácia para a parentalidade e conjugalidade* (Cfr. Quadro 11).

Quadro 11. Modelo para as mulheres.

<i>Preditores (Modelo)</i>	<i>R</i>	<i>R² Ajustado</i>	<i>β</i>	<i>t</i>	<i>Sig.</i>
	0,504	0,238			
<i>Expectativas de resultado (próprias)</i>			0,307	3,080	0,003
<i>Auto-eficácia para a parentalidade e conjugalidade</i>			0,296	2,966	0,004

5.2.3. Em função das habilitações académicas

Quanto aos factores preditivos da resolução da identidade adulta, observa-se que, para os sujeitos com menores habilitações académicas, o modelo que melhor a prediz é composto pelos seguintes: *Idade* e *Expectativas de resultado (próprias)* (Cfr. Quadro 12).

Quadro 12. Modelo para os sujeitos com habilitações académicas até ao 12º ano.

<i>Preditores (Modelo)</i>	<i>R</i>	<i>R² Ajustado</i>	<i>β</i>	<i>t</i>	<i>Sig.</i>
	0,552	0,282			
<i>Idade</i>			0,341	3,485	0,001
<i>Expectativas de resultado (próprias)</i>			0,328	3,355	0,001

Já para os sujeitos com habilitações académicas superiores ao 12º ano de escolaridade, o modelo que melhor prediz a resolução da sua identidade adulta é composto pelos factores *Auto-eficácia para a parentalidade e conjugalidade*, *Objectivos de exploração da mundividência* e *Expectativas de resultado por comparação com a coorte etária* (Cfr. Quadro 13).

Quadro 13. Modelo para os sujeitos com habilitações académicas superiores ao 12º ano.

<i>Preditores (Modelo)</i>	<i>R</i>	<i>R² Ajustado</i>	<i>β</i>	<i>t</i>	<i>Sig.</i>
	0,550	0,274			
<i>Auto-eficácia para a parentalidade e conjugalidade</i>			0,434	4,269	0,000
<i>Objectivos de exploração da mundividência</i>			-0,310	-2,991	0,004
<i>Expectativas de resultado por comparação com a coorte etária</i>			0,251	2,380	0,020

6. Discussão dos resultados

O primeiro objectivo visado pela presente investigação consistia na análise diferencial das variáveis em estudo (auto-eficácia para os papéis de adulto, expectativas de resultado, actividade exploratória e índice de resolução da identidade adulta) em função do género, idade e de certos elementos do capital de identidade tangível (NSE e habilitações académicas). Desde logo, a partir dos resultados obtidos, se pode verificar que o género se apresenta como estrutura social diferenciadora relativamente à auto-eficácia para a realização pessoal e vocacional, à auto-eficácia para a realização de tarefas domésticas, à auto-eficácia para a obtenção do estilo de vida pretendido, à actividade exploratória, às expectativas de resultados por comparação com a coorte etária e às expectativas de resultado em geral. O facto de as mulheres apresentarem valores mais elevados no que se refere à auto-eficácia para a realização de tarefas domésticas (único factor, dos atrás referidos, onde apresentam valores mais elevados) e os homens relativamente às restantes variáveis, onde se incluiu a auto-eficácia para a realização pessoal e vocacional confirma parte da nossa hipótese A1 e a força dos estereótipos de género. Os processos de socialização diferenciados em função do género ao longo do percurso desenvolvimental parecem constituir um factor determinante destas diferenças. Confirma-se o facto de a socialização das mulheres continuar a privilegiar a sua preparação para as tarefas inerentes à vida familiar, padrão já observado por diversos autores (Guerreiro & Abrantes, 2007; Dworak & Toulemon, 2007; Hyde & Durik, 2005), apesar de não terem sido encontradas diferenças quanto à auto-eficácia para a parentalidade e conjugalidade. A circunstância de existirem cada vez mais mulheres a enveredar por percursos académicos e profissionais não parece ter, ainda, desconstruído totalmente o estereótipo tradicional que lhes adscribe preferencialmente papéis e funções ligadas ao âmbito familiar. Os resultados obtidos parecem corroborar este padrão duplo ou estereótipo de género que faz com que os homens, no decorrer do seu processo desenvolvimental, vão acumulando um maior capital de identidade para a realização de projectos relacionados com a vida profissional. Simultaneamente, o seu nível de actividade exploratória parece mais intenso que o das mulheres, o que lhes permite acumular capital identitário que os prepara para a busca de um estilo de vida com o qual se identifiquem, o que, por sua vez, aumenta as suas expectativas de resultado quanto à obtenção dos objectivos que se propõem atingir (facto que confirma parcialmente a hipótese A1). Contudo, o facto de as mulheres não se sentirem mais competentes do que os homens para os papéis conjugais e parentais parece surpreendente e contrário à nossa hipótese atrás referida (A1). Porventura, elas terão desenvolvido padrões de exigência superiores quanto a estes papéis, necessitando de um nível acrescido de auto-eficácia para se sentirem preparadas para o desempenho dos mesmos. A

confirmar-se tal suposição poderemos estar perante um paradoxo sócio-desenvolvimental: por um lado, os processos de socialização continuam a prescrever papéis de género femininos associados à conjugalidade e parentalidade; por outro, estes mesmos processos falham no desenvolvimento do sentimento de competência para o desempenho dos mesmos.

A idade constituiu outra variável diferenciadora dos sujeitos quanto a factores como a auto-eficácia para a realização pessoal e vocacional, as expectativas de resultado por comparação com os pais (confirmando parcialmente a hipótese B1), as expectativas de resultado em geral, a resolução da identidade adulta, tanto em termos gerais, obtida pelo Índice de resolução da identidade adulta, como em termos parcelares, obtida pelas duas subescalas que o compõem (Escala de resolução da identidade adulta e Escala de resolução da identidade comunitária). Os valores mais baixos, evidenciados pelos indivíduos mais novos, nos indicadores de resolução da identidade adulta (confirmando a hipótese B2) sugerem que eles se encontram em pleno período de moratória psicossocial (Erikson, 1968), assumindo de forma plena a condição de adultos emergentes, vivenciando-se numa situação intermédia entre a adolescência e a adultez jovem (Arnett, 2000). Facto que aparece sustentado pelos seus menores níveis de auto-eficácia para a realização pessoal e vocacional. Um défice de competência percebida que poderá ser justificado por uma escassez de fontes de auto-eficácia para o exercício de papéis adultos, com especial relevância para as experiências de mestria nesta área, o que sustenta as suas menores expectativas de resultado, tanto em comparação com a geração anterior como em geral.

O nível de escolaridade, contrariamente à nossa hipótese C1, não se apresenta como um factor diferenciador da auto-eficácia para os papéis de adulto. Afirmar-se, contudo, como diferenciador quanto às expectativas de resultado (por comparação com a coorte etária e em geral) e à resolução da identidade adulta (comunitária e índice de resolução da identidade adulta). Seria expectável que os indivíduos com menores habilitações académicas apresentassem índices mais baixos quanto aos níveis das expectativas de resultado para a concretização de objectivos associados à fase de vida adulta, quer próprias, quer por comparação com a coorte etária. No contexto de uma sociedade do conhecimento, um menor nível de escolaridade constituiu um factor impeditivo do alcance de ocupações profissionais proporcionadoras de melhores rendimentos e de um superior nível de vida. Contudo, os dados recolhidos neste estudo colocam-nos perante o cenário oposto: são os sujeitos com menores habilitações académicas que apresentam níveis mais elevados de expectativas, infirmo a nossa hipótese C1. Porventura, estaremos aqui perante um fenómeno de “small fish in a big pond effect” (e.g., Marsh & Parker, 1984, in Wheeler & Suls, 2005). Nesta óptica, os sujeitos com níveis de escolaridade superiores perceber-se-ão num “lago” povoado de “peixes” maiores, um contexto de vida mais

exigente e mais competitivo. Tal facto poderá ter o efeito de diminuir o seu auto-conceito de competência e, consequentemente, antecipando uma menor eficácia, baixar o nível das suas expectativas de resultado, tanto próprias como por comparação com a coorte etária. Por seu turno, os indivíduos com níveis de escolaridade mais baixos movem-se num contexto social constituído por pares do mesmo nível académico e com as mesmas dificuldades, logo menos exigente, menos competitivo e constitutivo do seu auto-conceito a partir da sua posição relativa no seio deste grupo. Nestas circunstâncias, tenderão a fazer uma avaliação das possibilidades de concretização dos seus objectivos que se revela mais positiva e optimista. Nestes contextos de vida, onde a maioria dos indivíduos têm baixos níveis de habilitações, o simples facto de terem terminado o ensino obrigatório ou de o ter mesmo ultrapassado, por pouco que seja (até ao 12º ano), confere-lhes uma vantagem competitiva. Estes sujeitos poderão percepcionar que lhes será fácil obter, neste contexto ecológico de vida, um nível de sucesso superior ao dos seus pares e alimentar expectativas de resultado superiores às da sua coorte. O facto de os indivíduos de nível académico inferior reportarem índices superiores de resolução da identidade adulta e de resolução da identidade comunitária vem de encontro às hipóteses adiantadas no presente estudo (Hipótese C2) e poderá ser explicado pelo facto de estes indivíduos começarem a assumir papéis e responsabilidades adultas mais cedo do que aqueles que ingressam no ensino superior. Estes últimos beneficiam de uma moratória mais alargada que os primeiros, os quais começam mais cedo a investir em papéis e responsabilidades profissionais, mesmo instáveis, e eventualmente, em papéis conjugais e parentais. Tal facto produzirá, nestes sujeitos, um incremento da sua percepção de haver atingido a adultez plena – uma percepção subjectiva de se ter atingido o estatuto de pessoa adulta e de estar integrado numa comunidade de adultos. Pelo contrário, os indivíduos que ingressam no ensino superior vêem o seu período de moratória psicossocial exponencialmente alargado (por tolerância familiar e social), o que leva ao adiamento dos projectos profissionais proporcionadores da independência financeira – condição para a aquisição de um sentido de autonomia e de responsabilidade pelos próprios actos, aspectos apontados pela literatura da adultez emergente como os critérios mais importantes da definição da condição de adulto nas sociedades actuais (Arnett, 2000).

O NSE evidenciou-se como elemento diferenciador dos sujeitos ao nível da auto-eficácia para a prossecução da educação e formação mas não quanto à auto-eficácia para a realização pessoal e vocacional, confirmando-se parcialmente a hipótese D1. Também se observaram diferenças ao nível das expectativas de resultado por comparação com os pais mas não em comparação com a coorte ou das expectativas próprias, infirmando a hipótese D2. No primeiro caso, como previsto, os sujeitos de NSE baixo reportaram menores níveis de auto-eficácia por comparação com os de NSE médio e alto. No segundo, os indivíduos de NSE alto revelaram

valores inferiores de expectativas de resultado por comparação com os pais, confirmando-se a hipótese D3. De acordo com dados empíricos relativos à influência do NSE no sentido de competência pessoal (Brooks-Gun, Linver & Fauth, 2005), a competência cognitiva e académica encontra-se correlacionada com as condições ecológicas de vida, essencialmente a dois níveis: familiar (capacidades cognitivas dos pais, investimento familiar em educação, dificuldades de empregabilidade, condições económicas de vida); bairro ou local de residência (recursos existentes, toxinas ambientais, auto-eficácia colectiva). Estas condições acabam por ter efeitos permanentes no desenvolvimento das competências académicas dos indivíduos desde idades muito precoces. Aquando da sua transição para a adultez, os adultos emergentes de NSE mais baixo tendem a apresentar défices de capital de identidade tangível a nível académico (défice de conhecimentos e competências académicas, falta de credenciais escolares). As condições ecológicas em que o seu percurso de vida foi desenvolvido não terão permitido ou favorecido a valorização e o investimento em actividades e competências académicas. Consequentemente, não terão abundado as fontes de auto-eficácia (experiências de sucesso académico, modelos de sucesso académico, persuasão verbal, reacções fisiológicas e estados emocionais) nesta área das suas vidas, algo que se reflectirá em menores crenças de auto-eficácia para a prossecução da educação e formação. Além disso, limitações económicas impedem considerar o prolongar da educação em instituições privadas, as quais, geralmente, aceitam alunos com médias mais baixas. Quanto ao facto de os indivíduos de NSE médio e baixo reportarem níveis mais elevados de expectativas de resultado por comparação com os seus pais, parece-nos que o fundamento para tal situação residirá, simplesmente, no facto de estes sujeitos terem como termo de comparação um nível de realização (o dos seus pais, de NSE médio ou baixo) pessoalmente avaliado como passível de ser ultrapassado, pelo simples facto do seu nível de formação actual ser, frequentemente, superior ao dos seus progenitores. Pelo contrário os indivíduos de NSE alto têm como termo de comparação um nível de realização (o dos seus pais) já considerado bastante elevado, um facto que, considerando o contexto de incerteza actual, pode suscitar uma reacção de pessimismo ou dúvida quanto à possibilidade de o ultrapassarem.

O segundo objectivo do estudo era o de avaliar a relevância da antecipação de papéis e responsabilidades adultas, através das crenças de auto-eficácia para os papéis de adulto e das expectativas de resultado, para o processo de resolução da identidade adulta. De acordo com os resultados obtidos, podemos constatar que, para a amostra total, os factores antecipatórios que mais contribuem para a obtenção da percepção de adultez consistem na auto-eficácia para a parentalidade e conjugalidade, nas expectativas de resultado por comparação com a coorte etária, assim como nas expectativas de resultado próprias (confirmando parcialmente a hipótese E1). Estes dados parecem particularmente interessantes por duas ordens de razões: primeiro,

pelo facto de o sentimento de competência pessoal relativamente a tarefas associadas à parentalidade e conjugalidade aparecer como aquele com maior capacidade preditiva do estatuto de adulto parecer contrariar os estudos (e.g., Arnett, 2000) que têm vindo a desvalorizar estes marcadores sociais de transição para a adultez (particularmente o casamento ou outro tipo de ligação conjugal, e o ter filhos); em segundo lugar, pelo facto de o segundo factor com maior capacidade preditiva da resolução da identidade adulta (expectativas de resultado por comparação com a coorte etária) remeter para um processo de comparação social. O primeiro dos aspectos referidos poderá indicar que certos marcadores sociais de transição para a adultez continuam, ainda, vigentes e detêm o poder, real ou simbólico de servir de linha de fronteira relativamente consensual entre a adultez emergente e a adultez plena. Com o esbatimento de alguns dos critérios de demarcação da idade adulta, os jovens que se sentem mais capazes de assumir papéis e responsabilidades parentais e conjugais percebem-se mais próximos da condição de adulto. Um facto que pode advir do sentimento de responsabilização associado a um projecto familiar que, inevitavelmente os compromete com outras pessoas (cônjuge e, eventualmente, filhos). O segundo aspecto que, como dissemos, nos parece particularmente significativo consiste na relevância da comparação social associada às expectativas de resultado como factor antecipador da resolução da identidade adulta. A necessidade de comparação com a coorte etária poderá estar relacionada com o carácter incerto e labiríntico (Guerreiro & Abrantes, 2007; Pais, 2001, 2002) do percurso de transição para a idade adulta. A perda de linearidade de tal percurso poderá ter gerado uma necessidade acrescida de comparação com os percursos alheios como critério de auto-avaliação do processo de resolução da identidade. A comparação com a geração anterior perde, assim, relevância pela tomada de consciência de que a situação de vida actual possui contornos específicos, onde não se vislumbram metas absolutas socialmente impostas. Em tal contexto de vida, a única comparação viável parece ser com os indivíduos que partilham da mesma condição de vida – aquela inerente ao percurso de transição para a adultez nas sociedades da modernidade tardia.

Além dos referidos factores antecipatórios da adultez, o decréscimo da actividade exploratória ao nível identitário parece vir associada a índices superiores de resolução da identidade adulta (confirmando-se a hipótese E2). De acordo com a teoria da adultez emergente, a exploração de papéis de adulto e de ideologias conformadoras de uma determinada forma de ver o mundo e a vida é característico dos adultos emergentes. Desta forma, enquanto eles se vêem envolvidos em actividades exploratórias mantêm a percepção de não ter atingido a adultez plena.

Por último, a idade evidenciou-se como um factor sócio-estrutural preditor da ascensão ao estágio adulto, infirmo-se, parcialmente, a hipótese E1. O incremento da idade reflecte-se

num incremento do índice de resolução da adultez. Parece-nos estarmos perante um factor sócio-estrutural que reflecte o carácter desenvolvimental do percurso de transição para a adultez (Arnett, 2000). O tempo assume-se como factor indispensável ao desenvolvimento de um sentido de competência para assumir papéis e responsabilidades associadas à vida adulta. Num contexto social caracterizado pela precariedade das condições actuais de vida e por um sentimento de enorme incerteza quanto ao futuro, parece haver necessidade de um tempo acrescido que permita o desenvolvimento das condições necessárias, ao nível do capital de identidade tangível e intangível, à ascensão à condição de adulto.

De acordo com os resultados obtidos, o género constitui-se como um factor diferenciador dos percursos conducentes à resolução da identidade adulta. Apesar de as mulheres não se sentirem mais competentes do que os homens no domínio da parentalidade e conjugalidade, a sua auto-eficácia para a parentalidade e conjugalidade, assim como as suas expectativas de resultado próprias constituem os melhores predictores da sua percepção de resolução da sua identidade adulta (confirmando a nossa hipótese A2). Por seu turno, a percepção da resolução da identidade adulta dos homens depende do seu sentimento de competência para a realização pessoal e profissional (como previsto pela hipótese A2), do aumento da idade e das expectativas de resultado por comparação com a coorte, factor onde apresentam níveis médios superiores em comparação com as mulheres. Além disso, a sua percepção de resolução da identidade adulta parece ser retardada por uma actividade exploratória no âmbito identitário ainda relativamente intensa. É de realçar que a percepção de resolução da identidade adulta depende da idade para os homens mas não para as mulheres. Quer partindo da teoria da expectativa-valor (Eccles, 2005), quer tomando em consideração a teoria social cognitiva (Bussey & Bandura, 1999), podemos interpretar este facto como indiciador, mais uma vez, de que os processos de socialização ao longo do percurso desenvolvimental conduziram à criação de percursos típicos para cada género que se manifestam nesta duplicidade de critérios em acção na aquisição do estatuto de adulto. Para as mulheres, ao terem sido sujeitas a factores de socialização que as levaram a valorizar o domínio relacional (Hyde & Durik, 2005), mesmo sem nele terem desenvolvido um maior sentido de competência (de acordo com os dados recolhidos no presente estudo), a resolução da identidade adulta depende da sua auto-eficácia para a parentalidade e conjugalidade. Por outro lado, o facto de o outro preditor do seu sentimento de adultez consistir nas suas próprias expectativas de resultado relativamente à concretização de um conjunto vasto de projectos associados à idade adulta, parece denotar uma forte integração psicológica de um determinado papel de género que foi sendo construído a partir da influência dos mais diversos factores de socialização (no domínio familiar, escolar, das relações de pares e da sociedade em geral). Uma integração de um estereótipo de género suficientemente forte ao ponto de as mulheres poderem

prescindir dos processos de comparação social aquando da sua auto-avaliação da resolução da identidade adulta. Por seu lado, os adultos emergentes de sexo masculino, por influência dos mesmos factores de socialização parecem ter sido conduzidos ao desenvolvimento do seu sentido de competência para a realização pessoal e profissional, o qual parece ser o elemento mais relevante para a determinação do seu sentido de adultez. De acordo a literatura existente (e.g., Dworak & Toulemon, 2007) relativamente a diferenças de género na transição para a vida adulta, o sentimento de maturidade e competência para a prossecução de projectos profissionais tende a ser percepcionado, pelos adultos emergentes do sexo masculino, como um pré-requisito para um posterior investimento nos domínios da conjugalidade e parentalidade. O sentimento de competência como provedor familiar surge como uma pré-condição para a assumpção de responsabilidades familiares para estes sujeitos (Dworak & Toulemon, 2007). A concretização desta pré-condição acaba por dotar os adultos emergentes do sexo masculino de uma sensação de haver atingido a maturidade psicossocial característica da adultez. Contudo a conquista deste pré-requisito exige tempo, especialmente numa época histórica caracterizada por inúmeras dificuldades de ingresso no mercado de trabalho e de grande ausência de apoios institucionais para esta faixa da população activa (Guerreiro & Abrantes, 2007). Assim não é de admirar que o segundo factor preditor da resolução da identidade adulta para estes sujeitos consista na idade, à semelhança do observado para a amostra total. O tempo parece ser um elemento imprescindível para o aumento do capital de identidade dos rapazes, tanto o tangível como o intangível, que os dote das condições necessárias à assumpção de papéis adultos (especialmente no domínio profissional e relacional). Como atrás referimos, só com o tempo os sujeitos de sexo masculino poderão conquistar uma determinada posição ou estatuto profissional que os dote de uma independência financeira que consideram ser uma condição *sine qua non* para se sentirem adultos, o que não parece ser o caso das raparigas. Ora, a dificuldade de ingresso no mercado de trabalho e a consequência daí resultante de terem de enveredar por percursos labirínticos povoados por inúmeros trabalhos precários, conduz estes jovens à manutenção prolongada de uma situação de semi-dependência face às suas famílias de origem. Embora as dificuldades em aceder à autonomia financeira mantenham estes jovens aprisionados num estatuto de “semi-adulter” ou “adulter emergente” (Côté, 2002), a percepção de serem capazes de desempenhar o seu futuro papel profissional parece libertar a sua percepção de resolução da identidade adulta da necessidade de autonomia financeira imediata. Dado o tempo necessário para percorrer o labirinto que conduz à adultez, parece-nos natural que a idade seja sobretudo um factor preditivo da resolução da identidade adulta dos rapazes.

Um terceiro factor determinante da resolução da identidade adulta, para os adultos emergentes de sexo masculino, que nos parece vir revestido de especial significado no contexto

da transição para a adultez neste período histórico da modernidade tardia, é constituído pelas expectativas de resultado por comparação com a coorte etária. Parece-nos que, com a erosão dos marcadores tradicionais da transição para a adultez, os adultos emergentes vêm-se na necessidade de utilizar como critério de referência para a avaliação da sua condição psicossocial as competências e realizações evidenciadas pelos seus pares. A comparação social sempre terá servido de critério de auto-avaliação de características pessoais, com especial relevância para os aspectos ligados ao sentido de competência própria (Wheeler & Suls, 2005). Contudo, parece-nos que, numa época histórica caracterizada por elevados níveis de anomia e ausência de marcadores sociais precisos de demarcação da condição de adulto (Arnett, 2000; Côté, 2004), os processos de comparação social assumem especial relevância na construção da percepção de adultez. O surgimento deste factor de predição da resolução da identidade adulta nos sujeitos de sexo masculino parece estar relacionado com o facto de estes sujeitos atribuírem uma importância decisiva à sua realização pessoal e profissional como determinante da sua condição de adulto. De entre todos os âmbitos de vida, é este onde os critérios de sucesso parecem apresentar uma maior visibilidade e consensualidade. Logo, será neste âmbito da sua vida onde mais se poderá evidenciar o espírito competitivo induzido nestes sujeitos pelo seu processo de socialização (Hyde & Durik, 2005). Ora, qualquer âmbito de actividade caracterizado pela competitividade apela necessariamente a processos de comparação social. Um último factor preditivo da resolução da identidade adulta para os adultos emergentes de sexo masculino consiste no retraimento dos comportamentos exploratórios no âmbito da construção da sua identidade psicossocial. Este resultado parece ser consistente com os postulados da teoria da adultez emergente (Arnett, 2000), os quais afirmam que uma das características mais proeminentes deste período da vida é o seu carácter eminentemente exploratório. A manutenção das actividades exploratórias surge, então, como um indicador do estatuto de adulto emergente, ou seja, de não se haver, ainda, atingido o estágio de resolução da identidade adulta. Quanto mais esta necessidade de exploração diminui, mais os jovens se sentem próximos da adultez.

Ainda quanto aos factores preditivos da resolução da identidade adulta, observou-se que estes também variam conforme as habilitações académicas dos sujeitos. Para aqueles com menor nível de escolaridade, a idade e as expectativas de resultado próprias para a concretização dos objectivos e tarefas associadas à idade adulta apresentam-se como os predictores da resolução da identidade adulta (confirmando-se parcialmente a hipótese C3c). Aqui, novamente, o tempo é um factor importante para o desenvolvimento do capital de identidade (tangível e intangível) indispensável à percepção de se ser capaz de realizar os objectivos de vida propostos. Já para quem possuiu habilitações académicas superiores, os factores que melhor predizem a resolução da sua identidade adulta são a auto-eficácia para a parentalidade e conjugalidade, o decréscimo

da actividade exploratória e as expectativas de resultado por comparação com a coorte etária (infirmado-se a hipótese C3a e confirmando-se a hipótese C3b). Trata-se de três factores que, no seu conjunto parecem representar uma fronteira bem definida entre a adultez emergente e a adultez plena. Por um lado, a antecipação da parentalidade e conjugalidade parece denotar a conquista prévia de uma independência financeira suficiente como pré-requisito para a construção de projectos familiares. Por outro, a contemplação destes mesmos projectos familiares, parece denotar que estes sujeitos começam a dar por terminada a actividade exploratória que puderam realizar durante o período alargado de moratória psicossocial de que usufruíram. Por último, nota-se, novamente a importância do recurso à comparação social (presente nas expectativas de resultado) por parte destes sujeitos. Como já assinalámos, a não normatividade dos seus trajectos, em termos de marcadores tradicionais de transição para a adultez, faz com que eles precisem de se sentir melhor preparados que os seus pares para se perceberem como adultos. Esta necessidade conduz à avaliação dos percursos próprios de transição para a adultez por referência aos dos pares.

No que se refere aos factores preditores da resolução da identidade adulta, o NSE, tendo sido introduzido como variável independente nas análises de regressão, acabou por não integrar nenhum dos modelos encontrados. Estes resultados, aparentemente, sugerem que o processo de construção da identidade adulta, não apresenta diferenças significativas em função desta variável sócio-demográfica. Tal facto não poderá ser interpretado como uma ausência de relação entre as condições de vida inerentes ao NSE e o processo de resolução da identidade adulta. De facto, há que considerar a hipótese de o NSE poder estar a influenciar outras das variáveis consideradas, como por exemplo o nível de escolaridade e as crenças de auto-eficácia, e dessa forma exercer uma influência indirecta sobre as formas de transição para a adultez. Esta hipótese, para ser testada, exigiria o recurso a uma abordagem estrutural de análise de pistas, a qual não foi realizada no âmbito do presente estudo.

7. Conclusões gerais e limitações do estudo

De acordo com os estudos realizados quer a partir da teoria da adultez emergente (Arnett, 2000; Mendonça, 2007), quer a partir da teoria do capital de identidade (e.g., Côté, 2002), nas duas últimas décadas ocorreu uma erosão dos marcadores sociais definidores do estatuto de adulto. Tais marcadores foram substituídos por critérios subjectivos associados a um sentimento de autonomização, independência e responsabilidade pelos próprios actos. Trata-se de um fenómeno estreitamente associado ao processo de individualização característico das sociedades desenvolvidas da modernidade tardia (; Beck, 1992; Bauman, 2001, 2007; Côté, 2002).

Tomando estritamente em conta as premissas atrás enunciadas (individualização dos trajectos de transição para a adultez e substituição de marcadores sociais por critérios subjectivos como definidores do estatuto de adulto), seríamos levados a concluir que o trânsito para a vida adulta estaria actualmente dissociado de quaisquer factores e regularidades sócio-estruturais. Ora, os resultados do presente estudo permitiram-nos observar a existência de certas regularidades estruturais associadas ao género, à idade e às habilitações académicas. Poderemos, a partir destas evidências postular a regularidade estrutural do processo de transição para a adultez? Pensamos não ser possível aceitar de forma linear a tese sócio-estrutural. Pelo que pudemos observar, tanto os factores sócio-demográficos acima referidos como os factores individuais determinam em certa medida o trajecto de ascensão à condição de adulto. A situação não se resume, assim, à dicotomia estrutura-agência e apresenta contornos de maior complexidade. O que se observa é uma relação dinâmica entre os pólos daquela dicotomia (Côté, 2002): por um lado, a antecipação de papéis e responsabilidades adultas (através das crenças de auto-eficácia e das expectativas de resultado) parece possuir o poder de influenciar a resolução da identidade adulta, independentemente das condições estruturais em que esta ocorre; por outro lado, o tipo e quantidade de capital de identidade acumulado, antecipador de papéis adultos, relevante para a aquisição do sentido de maturidade adulta é influenciado por factores estruturais como o género, a idade e as habilitações académicas.

Desta forma, podemos afirmar, de acordo com o postulado da reciprocidade triádica da teoria social-cognitiva (Bandura, 1989) que a capacidade de agência do indivíduo (incluindo o seu comportamento, cognições e outro estados internos como as emoções) interage de modo bidireccional com as forças ambientais exercendo-se uma influência recíproca. De tal interacção surgem diferentes modos de viver e materializar o processo de resolução da identidade adulta. Esta variabilidade deve-se ao facto de os elementos em interacção (o indivíduo, o seu comportamento e o meio) não possuírem, em todas as circunstâncias, igual força, assim como ao facto das inter-influências recíprocas não ocorrerem sempre de forma simultânea.

Por último refira-se que o presente estudo apresenta determinadas limitações. Desde logo, o tamanho e a forma de recolha da amostra (amostra de conveniência) impõem certas restrições à generalização dos resultados. Esta limitação não permitiu ainda proceder a uma análise diferencial mais fina dos resultados obtidos, nomeadamente impediu o cruzamento das variáveis demográficas nas análises de regressão (e.g., observar se os homens de nível académico superior diferem das mulheres com o mesmo nível académico quanto aos factores preditores da resolução da identidade adulta). Em futuros estudos seria ainda pertinente incluir outros componentes do capital de identidade intangível (como por exemplo a auto-estima), analisar factores determinantes do desenvolvimento de capital de identidade (ao nível familiar, escolar e social) e aferir o impacto destas variáveis no nível de satisfação com a vida e de bem-estar psicológico dos adultos emergentes. Por último, o carácter transversal da presente investigação não permite confirmar se os altos níveis de capital de identidade (na forma de auto-eficácia para os papéis de adulto) se vão realmente traduzir em trajectórias bem sucedidas de transição para a vida adulta, para o que seria necessária uma abordagem longitudinal. Futuros estudos serão necessários para confirmar os presentes resultados, assim como para suprir as limitações atrás apontadas.

Referências bibliográficas

- Arnett, J. J. (2006). Emerging adulthood: understanding the new way of coming of age. In J. J. Arnett & J. L. Tanner, *Emerging adults in America: coming of age in the 21st century*. Washington: American Psychological Association.
- Arnett, J. J. (2000). Emerging adulthood: a theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55, 469-480.
- Arnett, J. J. (2004). *Emerging adulthood: the winding road from the late teens through the twenties*. New York: Oxford University Press.
- Bandura, A. (1977). Self-efficacy: Toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review*, 84, 191-215.
- Bandura, A. (1989). Human agency in social cognitive theory. *American Psychologist*, 44, 1175-1184.
- Bandura, A. (1989). Social cognitive theory. In R. Vasta (Ed.), *Annals of child development*. Vol. 6. *Six theories of child development* (pp. 1-60). Greenwich, CT: JAI Press.
- Bandura, A. (Ed.) (1995). *Self-efficacy in changing societies*. New York: Cambridge University Press.
- Bauman, Z. (2001). *The individualized society*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd.
- Bauman, Z. (2007). *Liquid times: living in an age of uncertainty*. Cambridge: Polity Press.
- Beck, U. (1992). *Risk society: towards a new modernity*. London: Sage.
- Beck, U. (2007). *Was ist globalisierung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Brooks-Gun, J., Linver, M. R., & Fauth, R. C. (2005). Children's competence and socioeconomic status in the family and neighbourhood. In A. J. Elliot & C. S. Dweck (Eds.), *Handbook of competence and motivation* (pp. 414-435). New York: The Guilford Press.
- Bussey, K., & Bandura, A. (1999). Social cognitive theory of gender development and differentiation. *Psychological Review*, 106, 676-713.
- Coimbra, S. (2008). *Estudo diferencial de auto-eficácia e resiliência na antecipação da vida adulta*. "Dissertação de doutoramento". Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

- Côté, J. E. (1996). Sociological perspectives on identity formation: the culture-identity link and identity capital. *Journal of adolescence*, 19, 419-430.
- Côté, J. E. (2000). *Arrested adulthood*. New York: New York University Press.
- Côté, J. E. (2006). Emerging adulthood as an institutionalized moratorium: risks and benefits to identity formation. In J. J. Arnett & J. L. Tanner, *Emerging adults in America: coming of age in the 21st century*. Washington: American Psychological Association.
- Côté, J. E. & Levine, C. G. (2002). *Identity formation, agency and culture: a social psychological synthesis*. London: Lawrence Erlbaum Associates.
- Côté, J. E., & Allahar, A. L. (2007). *Ivory tower blues : a university system in crisis*. Toronto: University of Toronto Press.
- Coupland, D. (1991). *Generation X: tales from an accelerated culture*. New York: St. Martins Press.
- Dworak, M. & Toulemon, L. (2007). Gender differences in the transition to adulthood in France: is there convergence over a recent period? *Vienna Institute of Demography Working Papers*, 1/2007, 1-34.
- Eccles, J. S. (2005). Subjective task value and the Eccles et al. model of achievement-related choices. In A. J. Elliot & C. S. Dweck (Eds.), *Handbook of competence and motivation* (pp. 105-121). New York: The Guilford Press.
- Erikson, E. H. (1950). *Childhood and society*. New York: Norton.
- Erikson, E. H. (1980). *Identity and the life cycle*. New York: Norton.
- Fontaine, A. M. (2005). *Motivação em contexto escolar*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Fromm, E. (1983). *O medo à liberdade*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Furlong, A. & Cartmel, F. (1997). *Young people and social change: individualization and risk in late modernity*. Buckingham: Open University Press.
- Giddens, Anthony (1992, 1995), *Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas sociedades modernas*. Oeiras: Celta Editora.
- Guerreiro, M. D. & Abrantes, P. (2007). *Transições incertas: os jovens perante o trabalho e a família*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- Hyde, J. S. & Durik, A. M. (2005). Gender, competence and motivation. In A. J. Elliot & C. S. Dweck (Eds.), *Handbook of competence and motivation* (pp. 375-391). New York: The Guilford Press.
- Mendonça, M. (2007). *Processo de transição e percepção de adulez: análise diferencial dos marcadores identitários em jovens estudantes e trabalhadores*. “Dissertação de Mestrado”. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da educação.

- Messer, B. & Harter, S. (1986). *Manual for the Adult Self-Perception Profile*. Denver : University of Denver.
- Pais, J. M. (2001). *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. Porto: Âmbar.
- Pais, J. M. (2002). Laberintos de vida: paro juvenil y rutas de salida (jóvenes portugueses). *Estudios de juventud*, 56, 87-101.
- Pestana, M. H. & Gageiro, J. N. (2008). *Análise de dados para ciências sociais*. Lisboa: Sílabo.
- Schunk, D. H. & Pajares, F. (2005). Competence perception and academic functioning. In A. J. Elliot & C. S. Dweck (Eds.), *Handbook of competence and motivation* (pp. 85-104). New York: The Guilford Press.
- Schwartz, S. J. (2001). The evolution of eriksonian and neo-eriksonian identity theory and research: a review and integration. *Identity: an international journal of theory and research*, 1 (1), 7-58.
- Vygotsky, L. (1997). *Thought and language*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Wheeler, L. & Suls, J. (2005). *Social comparison and self-evaluations of competence*. . In A. J. Elliot & C. S. Dweck (Eds.), *Handbook of competence and motivation* (pp. 566-578). New York: The Guilford Press.

ANEXOS

ANEXO 1

VERSÃO DO QUESTIONÁRIO UTILIZADA PARA A RECOLHA DOS DADOS



Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

SEXO: FEMININO ☐ MASCULINO ☐ IDADE: _____ ANOS

LOCALIDADE DE RESIDÊNCIA: _____

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS: _____

Este questionário tem por objectivo conhecer as suas opiniões acerca de si próprio(a) e do modo como tem lidado ou está a lidar com os acontecimentos mais importantes da sua vida.

Não se trata de um teste de avaliação, pelo que não existem respostas certas ou erradas. O que é importante é que responda com sinceridade a todas as questões.

As suas respostas serão apenas utilizadas para fins de investigação psicológica, sendo absolutamente garantida a sua confidencialidade.

Leia com atenção cada uma das afirmações e as opções de resposta disponíveis, assinalando com um X a que melhor se adequa ao seu caso pessoal, ou respondendo de acordo com o solicitado.

Em caso de engano na resposta a uma questão, pode riscar e assinalar a sua opção definitiva. Se surgirem dúvidas, não hesite em pedir ajuda a quem se encontrar a administrar o questionário.

No final, verifique, por favor, se respondeu a todas as perguntas.

A sua colaboração é da máxima importância para o prosseguimento do nosso estudo, pelo que, desde já, lhe agradecemos a sua disponibilidade.

Questionário Demográfico

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS PAIS:

	Pai	Mãe
Nunca estudou		
Ensino Primário/ 1º Ciclo do Ensino Básico (4ª Classe/ Ano)		
Ensino Preparatório/ 2º Ciclo do Ensino Básico (6º Ano)		
Ensino Secundário Unificado/ 3º Ciclo do Ensino Básico (9º Ano)		
Ensino Secundário Complementar (12º Ano)		
Curso Médio		
Ensino Superior		
Mestrado ou Doutoramento		

PROFISSÃO DOS PAIS:

PAI: _____

MÃE: _____

A. Segue-se um conjunto de afirmações relativas à medida em que se sente **confiante** na **sua capacidade actual** para atingir determinados objectivos. Assinale, por favor, o seu grau de confiança de acordo com a seguinte escala:

1 = Concordo Totalmente 2 = Concordo Bastante 3 = Concordo Pouco 4 = Discordo Totalmente

1	Sinto confiança para atingir aquilo que gostaria de ser.	1	2	3	4
2	Tenho confiança nas minhas capacidades para me vir a sentir satisfeito(a) com a forma como trabalho.	1	2	3	4
3	Sinto-me capaz para dar atenção e cuidar de outras pessoas.	1	2	3	4
4	Sinto-me capaz de me sustentar (vir a sustentar) a mim próprio(a) e aos que são importantes para mim.	1	2	3	4
5	Sinto-me capaz para organizar e realizar as minhas tarefas domésticas.	1	2	3	4
6	Sinto-me com capacidade para desenvolver relacionamentos íntimos.	1	2	3	4
7	Sinto-me com capacidade para organizar a minha vida de forma a me sentir satisfeito(a).	1	2	3	4
8	Sinto que tenho capacidades para ser muito bom(boa) no meu trabalho.	1	2	3	4
9	Acho que serei capaz de proteger/ auxiliar os outros.	1	2	3	4
10	Sinto confiança nas minhas capacidades para sustentar outras pessoas importantes na minha vida.	1	2	3	4
11	Sinto confiança nas minhas capacidades para gerir as tarefas domésticas sem grandes dificuldades.	1	2	3	4
12	Acho que terei dificuldade em estabelecer relacionamentos íntimos.	1	2	3	4
13	Sinto-me confiante na minha capacidade de vir a ser feliz.	1	2	3	4
14	Tenho confiança nas minhas capacidades para ter (conseguir ter) um trabalho onde me sentirei muito produtivo(a).	1	2	3	4
15	Sinto-me capaz de vir a cuidar de outros.	1	2	3	4
16	Acho que não vai ser fácil sustentar adequadamente as necessidades materiais da vida.	1	2	3	4
17	Acho que terei dificuldade em gerir eficazmente as actividades em casa.	1	2	3	4
18	Sinto-me capaz para procurar relações próximas/chegadas.	1	2	3	4
19	Às vezes, questiono-me se serei capaz de me vir a tornar alguém com valor.	1	2	3	4
20	Sinto que tenho capacidade de vir a desenvolver um trabalho do qual me poderei sentir orgulhoso(a).	1	2	3	4
21	Sinto-me capaz de vir a cuidar de outras pessoas, caso seja necessário.	1	2	3	4
22	Sinto que posso vir a sustentar adequadamente as necessidades daqueles que são importantes para mim.	1	2	3	4
23	Sinto confiança nas minhas capacidades para vir a usar o meu tempo de forma eficiente nas actividades domésticas.	1	2	3	4
24	Sinto que, em relacionamentos próximos, poderei vir a ter muitas dificuldades em comunicar abertamente.	1	2	3	4
25	Sinto que poderei vir a sentir-me decepcionado(a) comigo próprio(a).	1	2	3	4

B. Segue-se um conjunto de objectivos que algumas pessoas da sua faixa etária esperam atingir até aos 35 anos de idade. O que lhe pedimos é que expresse, do lado esquerdo das afirmações, o **grau de importância** que esse objectivo assume **para si**. Em segundo lugar, do lado direito das afirmações, assinale o grau de **confiança de possuir as capacidades** necessárias para a sua concretização, independentemente da importância que lhe atribui (*Caso se trate de um objectivo que já tenha atingido, assinale-o com um X na coluna colocada mais à direita para o efeito*). A escala de resposta é a seguinte:

1 = Toda				2 = Bastante				3 = Pouca				4 = Nenhuma				Se já atingiu o objectivo assinale aqui com um X
Grau de <u>Importância</u> deste objectivo <u>para mim</u>								Grau de <u>confiança</u> nas <u>minhas</u> <u>capacidades</u> para atingir este objectivo								
1	2	3	4					1	2	3	4					
1	2	3	4	1. Atingir o nível de escolaridade que desejo e que considero importante para alcançar os meus objectivos.				1	2	3	4					
1	2	3	4	2. Adquirir um nível de formação (académico/profissional) mais avançado.				1	2	3	4					
1	2	3	4	3. Tirar a carta de condução.				1	2	3	4					
1	2	3	4	4. Começar a trabalhar o mais depressa possível, seja em que área for.				1	2	3	4					
1	2	3	4	5. Arranjar/ manter um emprego na minha área de formação/ interesse.				1	2	3	4					
1	2	3	4	6. Arranjar/ manter um emprego que dê para eu viver.				1	2	3	4					
1	2	3	4	7. Arranjar/ manter um emprego cujo salário permita um bom nível de vida.				1	2	3	4					
1	2	3	4	8. Arranjar/ manter um emprego que não seja muito exigente.				1	2	3	4					
1	2	3	4	9. Arranjar/ manter um emprego com um horário flexível.				1	2	3	4					
1	2	3	4	10. Ser competente no meu emprego.				1	2	3	4					
1	2	3	4	11. Progredir na carreira profissional.				1	2	3	4					
1	2	3	4	12. Ter um emprego estável.				1	2	3	4					
1	2	3	4	13. Continuar a viver com os meus pais, pelo menos durante um tempo.				1	2	3	4					
1	2	3	4	14. Viver sozinho, pelo menos durante um tempo.				1	2	3	4					
1	2	3	4	15. Encontrar a pessoa certa para uma relação a dois.				1	2	3	4					
1	2	3	4	16. Casar/ constituir família.				1	2	3	4					
1	2	3	4	17. Viver junto com alguém.				1	2	3	4					
1	2	3	4	18. Dar-me bem numa relação a dois.				1	2	3	4					
1	2	3	4	19. Constituir família, mas só após concluir estudos e estabilizar-me no emprego.				1	2	3	4					
1	2	3	4	20. Ter filhos biológicos.				1	2	3	4					
1	2	3	4	21. Ter filhos adoptivos.				1	2	3	4					
1	2	3	4	22. Comprar/ ter casa própria.				1	2	3	4					
1	2	3	4	23. Comprar/ ter carro.				1	2	3	4					
1	2	3	4	24. Ter condições económicas para dar uma vida boa à família que já constituí ou que vier a constituir.				1	2	3	4					
1	2	3	4	25. Ter disponibilidade para cuidar da família que já constituí ou que vier a constituir.				1	2	3	4					
1	2	3	4	26. Proporcionar uma boa educação aos meus filhos.				1	2	3	4					
1	2	3	4	27. Conciliar bem a vida familiar e a vida profissional.				1	2	3	4					

1 = Toda				2 = Bastante				3 = Pouca				4 = Nenhuma				Se já atingiu o objectivo assinale aqui com um X ↓
Grau de <i>Importância</i> deste objectivo <u>para mim</u>								Grau de <i>confiança</i> nas <u>minhas capacidades</u> para atingir este objectivo								
1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	
1	2	3	4	28. Ter condições económicas para ajudar financeiramente os meus pais.	1	2	3	4								
1	2	3	4	29. Ter disponibilidade económica para cuidar da família de origem (pais, irmãos...).	1	2	3	4								
1	2	3	4	30. Manter proximidade com os meus amigos.	1	2	3	4								
1	2	3	4	31. Ter tempo para mim próprio.	1	2	3	4								
1	2	3	4	32. Começar ou continuar ocupações de tempos livres (desporto, música...).	1	2	3	4								
1	2	3	4	33. Dedicar-me à minha religião/ espiritualidade.	1	2	3	4								
1	2	3	4	34. Começar ou continuar actividades de voluntariado.	1	2	3	4								
1	2	3	4	35. Viajar/ conhecer outros países.	1	2	3	4								
1	2	3	4	36. Ter um estilo de vida saudável.	1	2	3	4								
1	2	3	4	37. Ser responsável pela minha própria vida.	1	2	3	4								
1	2	3	4	38. Ser financeiramente independente.	1	2	3	4								
1	2	3	4	39. Sentir-me realizado(a).	1	2	3	4								
1	2	3	4	40. Tornar-me uma pessoa melhor.	1	2	3	4								
1	2	3	4	41. Encontrar uma visão do mundo/ ideologia com a qual me identifique.	1	2	3	4								
1	2	3	4	42. Explorar e analisar outras formas de ver as coisas até encontrar aquela com que melhor me identifique.	1	2	3	4								
1	2	3	4	43. Experimentar outros empregos antes de me comprometer com um de forma mais estável.	1	2	3	4								
1	2	3	4	44. Procurar/ experimentar outros relacionamentos antes de assumir um compromisso sério a dois.	1	2	3	4								
1	2	3	4	45. Aproveitar a minha liberdade para fazer aquilo que me dá prazer sem ter que dar satisfações a ninguém.	1	2	3	4								
1	2	3	4	46. Outro. Qual?	1	2	3	4								

C. Segue-se um conjunto de questões em que se pede a sua opinião relativamente às suas oportunidades e capacidades para ter uma vida melhor, **por comparação com a vida dos seus pais**, em certos âmbitos ou sectores. A escala de resposta é a seguinte:

1 = Completamente verdade 2 = Em grande parte verdade 3 = Pouco verdadeiro 4 = Completamente falso

Penso que terei oportunidades e capacidades para ter uma vida melhor que a dos meus pais:

1. Ao nível do trabalho.	1	2	3	4
2. Ao nível financeiro.	1	2	3	4
3. Ao nível familiar.	1	2	3	4
4. Ao nível das relações pessoais/ sociais.	1	2	3	4
5. Ao nível do lazer.	1	2	3	4
6. Ao nível da qualidade de vida em geral.	1	2	3	4

D. Segue-se um conjunto de questões em que se pede a sua opinião relativamente às suas oportunidades e capacidades para ter uma vida melhor, **por comparação com a generalidade das pessoas da sua idade**, em certos âmbitos ou sectores. A escala de resposta é a seguinte:

1 = Completamente verdade 2 = Em grande parte verdade 3 = Pouco verdadeiro 4 = Completamente falso

Penso que terei oportunidades e capacidades para ter uma vida melhor que a da generalidade das pessoas da minha idade:

1. Ao nível do trabalho.	1	2	3	4
2. Ao nível financeiro.	1	2	3	4
3. Ao nível familiar.	1	2	3	4
4. Ao nível das relações pessoais/ sociais.	1	2	3	4
5. Ao nível do lazer.	1	2	3	4
6. Ao nível da qualidade de vida em geral.	1	2	3	4

E. Segue-se um conjunto de questões em que se pede a **sua opinião relativamente** à eventualidade de **conseguir atingir os seus objectivos** em vários âmbitos da sua vida. A escala de resposta é a seguinte:

1 = Completamente verdade 2 = Em grande parte verdade 3 = Pouco verdadeiro 4 = Completamente falso

Penso que conseguirei atingir os meus objectivos:

1. Ao nível do trabalho.	1	2	3	4
2. Ao nível financeiro.	1	2	3	4
3. Ao nível familiar.	1	2	3	4
4. Ao nível das relações pessoais/ sociais.	1	2	3	4
5. Ao nível do lazer.	1	2	3	4
6. Ao nível da qualidade de vida em geral.	1	2	3	4

F. As afirmações que se seguem reflectem a forma como as pessoas se podem definir a si próprias em determinado momento da sua vida. Indique até que ponto se identifica com as referidas afirmações de acordo com a seguinte escala:

1 = Completamente verdade 2 = Em grande parte verdade 3 = Pouco verdadeiro 4 = Completamente falso

1. Eu considero-me um adulto.	1	2	3	4
2. Sinto que sou reconhecido como um adulto pela minha família.	1	2	3	4
3. Sinto que sou reconhecido como um adulto pelos outros em geral.	1	2	3	4
4. Sinto-me (considero-me) uma pessoa completamente madura.	1	2	3	4

1. Sinto que encontrei o meu lugar na vida.	1	2	3	4
2. Sinto que encontrei um estilo de vida com o qual me considero satisfeito e de acordo com o qual vou continuar a viver no futuro.	1	2	3	4
3. Encontrei um local onde desejo continuar a viver no futuro.	1	2	3	4
4. Estabeleci relações com um conjunto de pessoas, as quais pretendo manter ao longo da vida.	1	2	3	4

ANEXO 2

ANÁLISES FACTORIAIS

Quadro 1. Estrutura factorial da escala de auto-eficácia para a concretização de objectivos e realização de tarefas associadas à adultez.

Rotated Component Matrix(a)

	Component						
	1	2	3	4	5	6	7
AE_1	,725	,253	,225	,066	,098	,066	,036
AE_2	,719	-,043	,281	-,157	,129	,080	,071
AE_7	,682	-,059	,277	,117	,058	,016	,056
AE_8	,661	,122	,188	-,106	,140	,041	,215
AE_13	,639	,262	,085	,274	,168	,314	,031
AE_14	,625	,154	,265	,090	,175	-,053	,192
AE_obj_5	,623	,056	,243	,023	,041	-,072	,270
AE_obj_7	,617	,272	,063	,185	-,013	,070	,165
AE_obj_10	,617	,229	,253	,128	,221	-,026	,139
AE_obj_11	,599	-,008	,287	,290	,175	-,184	-,105
AE_obj_12	,592	,364	,034	,009	,025	,136	,038
AE_25_R	,587	,366	,083	,163	,332	,158	-,036
AE_6	,256	,663	,143	,353	,326	-,159	-,098
AE_obj_15	,253	,630	,036	,219	,250	,043	-,074
AE_obj_16	,274	,620	,308	,018	,386	,000	-,061
AE_obj_17	,256	,616	,049	,294	,430	,176	,062
AE_obj_18	-,042	,614	,159	,145	,094	-,077	,003
AE_obj_20	,285	,488	,193	,116	,067	-,201	,146
AE_obj_25	,027	,456	,091	,277	,304	-,348	,138
AE_24_R	,308	,116	,737	,030	,092	,154	,221
AE_12_R	-,163	,056	,728	,087	-,083	-,134	,206
AE_4	,336	,088	,608	,129	,151	,181	-,015
AE_10	,017	-,102	,565	-,091	,031	-,016	,050
AE_22	,332	,384	,557	,009	-,009	,161	,060
AE_obj_28	,242	,062	,545	,011	,160	,329	-,064
AE_obj_29	-,022	,072	,542	,202	-,047	,067	-,058
AE_obj_4	,212	-,446	-,391	,759	-,015	,073	,088
AE_obj_6	-,295	-,428	-,424	,723	-,224	-,057	-,031
AE_obj_8	,200	,423	,259	,678	,059	,105	,109
AE_obj_9	,286	,411	,127	,658	,263	-,325	,157
AE_obj_30	,323	,356	,091	,219	,708	-,078	,104
AE_obj_31	,266	,131	,271	,225	,681	,023	,190
AE_obj_32	,260	,144	-,079	,066	,677	,081	,139
AE_obj_36	,259	,212	,221	,093	,616	,053	-,004
AE_5	,238	,047	-,041	,103	,308	,743	,080
AE_11	,310	,167	,034	,171	-,070	,710	-,045
AE_23	,356	,056	-,016	,316	,056	,627	-,146
AE_obj_1	,423	,236	,054	,226	,025	-,070	,778
AE_obj_2	,188	,109	,067	,298	-,061	,033	,675

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 12 iterations.

Índice: AE_1 = confiança para atingir o que gostaria de ser; AE_2 = confiança para se vir a sentir satisfeito com a forma como trabalha; AE_7 = capacidade para organizar a vida de forma a se sentir satisfeito; AE_8 = capacidade para ser bom no trabalho; AE_13 = confiante na capacidade de vir a ser feliz; AE_14 = confiança nas capacidades para conseguir um trabalho onde se virá a sentir satisfeito; AE_obj_5 = capacidade para arranjar/ manter emprego na área de interesse; AE_obj_7 = capacidade para arranjar emprego que permita

bom nível de vida; AE_obj_10 = capacidade para ser competente no emprego; AE_obj_11 = capacidade para progredir na carreira profissional; AE_obj_12 = capacidade para ter um emprego estável; AE_25_R = possibilidade de se vir a sentir decepcionado consigo próprio; AE_6 = capacidade para desenvolver relacionamentos íntimos; AE_obj_15 = capacidade para encontrar a pessoa certa para uma relação a dois; AE_obj_16 = capacidade para casar/ constituir família; AE_obj_17 = capacidade para viver junto com alguém; AE_obj_18 = capacidade para se dar bem numa relação a dois; AE_obj_20 = capacidade para ter filhos biológicos; AE_obj_25 = capacidade para cuidar da família que já constituiu ou vier a constituir; AE_24_R = dificuldades em comunicar abertamente; AE_12_R = dificuldade em estabelecer relacionamentos íntimos; AE_4 = capaz de se sustentar a si próprio e aos que são importantes para si; AE_10 = capacidade de sustentar outras pessoas importantes na sua vida; AE_22 = capacidade para sustentar as necessidades dos que são importantes para si; AE_obj_28 = condições económicas para ajudar financeiramente os pais; AE_obj_29 = disponibilidade económica para cuidar da família de origem; AE_obj_4 = capacidade para começar a trabalhar o mais depressa possível seja em que área for; AE_obj_6 = capacidade para arranjar emprego que dê para viver; AE_obj_8 = capacidade para arranjar emprego que não seja muito exigente; AE_obj_9 = capacidade para arranjar emprego com horário flexível; AE_obj_30 = capacidade para manter proximidade com os amigos; AE_obj_31 = conseguir ter tempo para si próprio; AE_obj_32 = capacidade para começar/ continuar ocupações de tempos livres; AE_obj_36 = capacidade para ter um estilo de vida saudável; AE_5 = capacidade para organizar e realizar tarefas domésticas; AE_11 = capacidade para gerir tarefas domésticas; AE_23 = capacidade para usar tempo de forma eficiente em tarefas domésticas; AE_obj_1 = capacidade para atingir o nível de escolaridade que pretende; AE_obj_2 = capacidade para adquirir nível de formação mais avançado.

Quadro 2. Estrutura factorial da escala de objectivos de exploração de papéis de adulto.

Rotated Component Matrix(a)

	Component	
	1	2
Obj_41_expl	,882	,045
Obj_42_expl	,858	,149
Obj_44_expl	-,022	,873
Obj_45_expl	,129	,770
Obj_43_expl	,430	,563

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 3 iterations.

Índice: Obj_41_expl = encontrar visão do mundo/ ideologia com que se identifique; Obj_42_expl = explorar outras formas de ver as coisas; Obj_44_expl = experimentar outros relacionamentos antes de se comprometer; Obj_45_expl = aproveitar a liberdade para fazer o que dá prazer; Obj_43_expl = experimentar outros empregos antes de se comprometer com um.

Quadro 3. Estrutura factorial da escala de expectativas de resultado próprias.

Component Matrix(a)

	Component
	1
ER_qual_v	,835
ER_trab	,791
ER_laz	,788
ER_rel	,775
ER_fin	,757
ER_fam	,756

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a. 1 components extracted.

Índice: ER_qual_v = expectativa de resultado para qualidade de vida em geral; ER_trab = expectativas de resultado ao nível do trabalho; ER_laz = expectativas de resultado ao nível do lazer; ER_rel = expectativas de resultado ao nível das relações pessoais/ sociais; ER_fin = expectativas de resultado ao nível financeiro; ER_fam = expectativas de resultado ao nível familiar.

Quadro 4. Estrutura factorial da escala de expectativas de resultado por comparação com a coorte etária.

Component Matrix(a)

	Component
	1
ER_coo_qv	,850
ER_coo_la	,798
ER_coo_tr	,785
ER_coo-fi	,775
ER_coo_re	,758
ER_coo_fa	,720

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a. 1 components extracted.

Índice: ER_qual_v = expectativa de resultado para qualidade de vida em geral; ER_trab = expectativas de resultado ao nível do trabalho; ER_laz = expectativas de resultado ao nível do lazer; ER_rel = expectativas de resultado ao nível das relações pessoais/ sociais; ER_fin = expectativas de resultado ao nível financeiro; ER_fam = expectativas de resultado ao nível familiar.

Quadro 5. Estrutura factorial da escala de expectativas de resultado por comparação com os pais.

Component Matrix(a)

	Component 1
ER_pai_qv	,819
ER_pai_re	,744
ER_pai_la	,721
ER_pai_tr	,695
ER_pai_fa	,688
ER_pai_fi	,670

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a 1 components extracted.

Índice: ER_qual_v = expectativa de resultado para qualidade de vida em geral; ER_trab = expectativas de resultado ao nível do trabalho; ER_laz = expectativas de resultado ao nível do lazer; ER_rel = expectativas de resultado ao nível das relações pessoais/ sociais; ER_fin = expectativas de resultado ao nível financeiro; ER_fam = expectativas de resultado ao nível familiar.

Quadro 6. Estrutura factorial do Índice de resolução da identidade adulta.

Rotated Component Matrix(a)

	Component	
	1	2
Adult_A_1	,864	,146
Adult_A_3	,838	,170
Adult_A_2	,809	,153
Adult_A_4	,692	,295
Adult_B_2	,138	,787
Adult_B_1	,309	,776
Adult_B_3	,049	,746
Adult_B_4	,159	,380

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a Rotation converged in 3 iterations.

Índice: Adult_A_1 = considero-me adulto; Adult_A_3 = sou reconhecido como adulto pelos outros em geral; Adult_A_2 = sou reconhecido como adulto pela minha família; Adult_A_4 = considero-me uma pessoa completamente madura; Adult_B_2 = encontrei o estilo de vida com que me identifico; Adult_B_1 = encontrei o meu lugar na vida; Adult_B_3 = encontrei um local onde desejo continuar a viver no futuro; Adult_B_4 = estabeleci relações com pessoas, as quais pretendo manter ao longo da vida.